



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 06 de junho de 2018

N.º 11/2018

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e sete minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes.

Faltou a Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, cuja falta foi considerada justificada, conforme anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 a 5.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- b) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de dezembro de 2017, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

4

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Vou falar de uma situação que, a meu ver, necessita de esclarecimento, uma vez que envolve perda de património natural, que é a situação que está a ocorrer em Pinhal de Negreiros.

A situação que está a ocorrer em Pinhal de Negreiros e que tem dado azo a manifestações de descontentamento por parte da população e que todos nós, enquanto vereadores e enquanto partidos políticos, recebemos também da parte dos moradores de Pinhal de Negreiro uma carta que explicita as suas dificuldades.

É uma situação que seja, em muitos lugares, tida como banal o corte de pinheiros, mesmo quando nós falamos com o SOS Ambiente e quando falamos com ICNF, o pinheiro é visto como o eucalipto, apenas para uso e usufruto de quem bem entender. Se fossem sobreiros ou azinheiras, se calhar, estávamos a falar do montado de Pinhal de Negreiros e isto não acontecia, mas como não estamos a falar de montado, nem de espécies que são vistas como espécies protegidas, temos algumas dúvidas acerca de como é que a gestão, que é chamada a gestão de risco de combustível, está a ser feita.

Foi publicado um Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que foi revogado a 17 de agosto de 2017, que prevê que sejam implementadas, de facto, medidas de controlo e prevenção em meio rural ou florestal. Estas medidas que são aplicadas pela lei não se aplicam a zonas urbanas da mesma maneira, embora possam ser pedidas pelos particulares. Um particular pode pedir para que sejam cortados os pinheiros nas zonas que comportem realmente risco e se não fossem até dia 31 de maio feito pelos próprios, teria que ser a própria câmara a resolver. Mas esta resolução pressuporia aquilo que vem no artigo 3.º deste Diário da República, uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta que teria que ter uma composição, antes de se tomar qualquer decisão com a Presidente da Câmara, de cinco representantes de freguesias ou do concelho, um representante do ICNF, um Coordenador Municipal da Proteção Civil, um representante da GNR, um representante da PSP, também organizações de moradores e produtores florestais, entre outros. Outras entidades e personalidades que pudessem pronunciar-se acerca daquilo que vai ser feito e em que medida pode ser feito.

O problema muitas vezes, é passar do oito para o oitenta, é passar da completa falta de gestão que levou às tragédias e também a focos de incêndio nas nossas zonas, na zona da Quinta do Conde, na zona de Pinhal de Negreiros, que é basicamente devastarmos tudo, levarmos a destruir tudo aquilo que são os ecossistemas, levando uma medida ao extremo.

Temos que ter cuidados, mais do que redobrados, na forma como fazemos essa gestão a bem do Ambiente a bem das populações que muitas vezes não compreendem a forma como essa gestão pode estar a ser feita, e até bem-feita, mas que tem que ser explicada.

Então o que é que tem acontecido? As árvores estão marcadas, fiz questão de passar pelo local para perceber exatamente como é que as coisas estão a ser feitas.

Há terrenos particulares em que é difícil dizer que não se pode cortar todas as árvores. As árvores que estão a ser cortadas estão claramente fora de alguns dos procedimentos, porque os procedimentos são a 50 metros das casas e todas as árvores devem estar desramadas em 50% da sua altura até que atinjam 8 metros. Há muitas árvores que não têm 8 metros, a maior parte delas são pinheiros bravos e já estão mais do que de desramadas. Têm que ter uma diferença de 4 metros entre copas, muitas delas têm claramente essa diferença, no entanto, continuam a ser cortadas. As árvores foram todas marcadas, mas tanto quanto percebi do contacto com a população, a maior parte da população não percebe o porquê de aquelas estarem marcadas.

Se assim é, de facto, este artigo não se aplica à zona em que eles estão, portanto, legalmente, se calhar, não era necessário levá-lo desta maneira, pode ser uma medida preventiva, mas claramente extrapola aquilo que é pedido pelo Decreto-lei em vigor. Neste momento, podia ser a invasão dos nematodes, não há nenhum relatório.

Tanto quanto sei, a empresa, cujo contrato desconheço, procurei e tentei informar-me, sei que foi feito um concurso público para a empresa que está neste momento a proceder ao controlo

4

da floresta na zona de Pinhal de Negreiros, mas não encontrei em documentos e gostaria de saber exatamente o que é que foi especificado com esta empresa, quem foi o engenheiro florestal que fez a avaliação das árvores de acordo com estes limites e em que medida é que isto foi transmitido à população. Não porque haja obrigação de transmitir à população, mas por uma questão de boa-fé e de transparência.

Se estamos a fazer bem as coisas, e não tenho motivos para duvidar que as coisas estejam a ser bem-feitas, e com o intuito maior de proteger o bem-estar das pessoas e a sua segurança, ainda assim, e como moro um bocadinho ao lado, custa-me muito. Conheço bem a zona, é uma zona onde vou muitas vezes e custa-me ver aquelas árvores todas a desaparecer. Percebo o afeto que pode ligar as pessoas a estas árvores, apesar de para muitos serem vistas só como matéria-prima.

Gostava de sugerir uma coisa, e sei que não tem de ser assim, que, de alguma forma, os trabalhos pudessem ser suspensos, pudesse ser feita uma reunião que penso que será, com certeza, feita.

Às vezes quando estamos no poder e há muita coisa para fazer é difícil dar resposta a tudo da melhor maneira, com transparência, com calma, com reuniões atempadas, com clareza, mas acho que enquanto município era bom poder falar um pouco com esta população, era bom dizer que as árvores "X", "Y" ou "Z" estão a ser cortadas, este é o contrato desta empresa que está aqui.

Não há, de facto, supervisão e tanto quanto percebi ninguém está lá do ICNF, ninguém está lá da câmara e a empresa está por sua conta. Deduzo que estejam a bem, não há lá ninguém para ver se estão a bem ou se estão a mal. Começam cedo e terminam tarde, saem com camiões de árvores que não sabemos se são árvores que, de facto, estão legalmente, espero que sim e espero que esse seja o contrato, mas gostaria a bem da população, a bem de todos nós e sobretudo a bem do município que está com as melhores intenções, com certeza, e gostava de ver isso especificado de outra maneira.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Vou ser o mais sintético possível e um dos temas que pretendo abordar também tem a ver com a questão das árvores em Azeitão, mas não especificamente sobre Pinhal de Negreiros, porque em relação a essa, deduzia até que pudesse ser uma intervenção mais de fundo como a que ocorreu. Nem de perto e nem de longe teria a capacidade de fazer as perguntas que a vereadora Teresa Andrade fez, nem chegaria às dúvidas a que chegou, porque naturalmente o meu interesse não era nesse sentido. Mas tem a ver com uma outra preocupação que também me chegou e que aqui faço a pergunta, e é uma mera pergunta.

Se, porventura as intervenções que estão a ser feitas a nível da Junta de Freguesia no corte de árvores, tem um acompanhamento por parte dos técnicos da Câmara Municipal? É uma mera pergunta, porque efetivamente houve algumas queixas de alguns fregueses, munícipes, e é normal que as pessoas gostem de ver árvores. A minha única pergunta é se há esse acompanhamento, se houver, enfim, há uma decisão técnica por trás e nada a apontar, se não houver é importante que haja.

O meu segundo ponto tem a ver com a matéria que tem sido amplamente aqui falada e acho que não deixa de ser importante aqui sublinhar, não no prisma daquilo que já foi debatido e rebatido inúmeras vezes, mas que tem a ver com os acessos às nossas praias na Arrábida. Não estou aqui a querer colocar isto do ponto de vista do que já foi discutido e tem vindo a ser discutido publicamente, mas antes de um outro prisma que acho que é crucial e que todos nós enquanto vereadores não podemos deixar de ter, que é efetivamente sublinharmos que as praias são acessíveis para todos e todos querem que se mantenham acessíveis.

É evidente que tínhamos um problema gigantesco na Arrábida e é importante perceber que o problema que existia era mesmo gigantesco e que não houve ninguém que tenha criado este problema neste atual executivo e é importante perceber e sublinhar isso.

Independentemente das divergências profundas que tenho da medida que foi implementada, e não vou entrar por aí que não vale a pena, era andar a recalcar o assunto, a verdade é que este deve ser entendido como o processo para tratar do problema. Creio que, não posso estar

4

seguro, mas todos compreendem que este é um problema que está a começar a ser tratado e que não está na sua parte final, mas em processo. Nesse sentido, a utilização das praias, quer por pessoas do Município de Setúbal, quer por pessoas de fora, tem que se manter e tem que efetivamente existir, até porque se não utilizarem os atuais acessos que estão disponíveis nunca saberemos se eles funcionam ou não.

Este ponto é crucial, porque não se pode criar a ideia de que agora não se consegue aceder às praias. Pode haver mais dificuldade, pode haver mais desconforto, pode haver até falta de capacidade, porque o bilhete é muito caro, porque o acesso de carro é crucial, há questões com deficientes, há questões das famílias, há inúmeras questões por resolver, com certeza, mas se as pessoas não tentarem ir à praia os problemas não emergem e nós não conseguiremos saber e compete, obviamente, depois ao executivo resolve-los, porque são vocês que têm o poder executivo e não eu.

É importante que as pessoas continuem a aceder às praias, é importante que o diálogo decorra e o diálogo aqui tem decorrido de uma forma, às vezes, mais agressiva ou menos agressiva, mas acho que mesmo as pessoas que se manifestam também têm que perceber que temos que manter aqui um ponto crucial e que este património que temos no nosso município é um património que não podemos transmitir a ideia de que agora está quase inacessível.

Porque este património faz movimentar a nossa economia local, dá imenso valor à nossa marca, que é a marca Setúbal e não podemos nunca tentar fazer com que ele se desvalorize, porque é muito mais fácil desvalorizá-lo do que valorizá-lo.

Por isso, não queria deixar de dizer isto, é uma crença minha, é uma opinião pessoal, naturalmente que é convergente com a posição do PSD, no que diz respeito às medidas e à discordância das medidas, mas, acima de tudo, creio que é uma crença no que respeita à preocupação de que as praias e a acessibilidade a elas são um problema para ser tratado, e isso é uma crença de todos. Não há ninguém que não diga que o acesso às praias não tinha problemas e eles não nasceram com esta medida, como é evidente.

Não queria deixar de dizer, porque acho que era importante e espero que isto não mereça nenhuma réplica, porque acho que não é para merecer, é uma mera declaração minha e como tenho faltado, por motivos profissionais, às últimas reuniões de câmara, acho que era importante dizê-lo e deixar esta posição e ainda por mais que sou Presidente do PSD.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Fazer aqui alguns esclarecimentos relativamente às operações que se encontram a decorrer em Pinhal de Negreiros e que são decorrentes da legislação em vigor e da grande preocupação que esta Câmara Municipal tem com todos os territórios naturais, mas que constituem um risco para a população que neles reside. Efetivamente, desde de dezembro que estamos a trabalhar em conjunto com a Proteção Civil, não só na zona de Pinhal de Negreiros, mas numa série de zonas do nosso concelho que não sendo zonas completamente urbanas ou rurais, são zonas que oferecem um perigo grande tendo em conta o material, neste caso natural, mas também encarado como material combustível. Neste momento, Pinhal de Negreiros é uma zona que tem um grande volume de material combustível.

Pedimos aos nossos serviços para trabalharem esta questão, porque não era hábito nas autarquias que estas questões fossem tratadas desta maneira. Normalmente era uma questão só da Proteção Civil e na parte da limpeza era tratada ao nível do regulamento dos resíduos e da salubridade e não das questões da perigosidade e dos incêndios.

Neste momento, constituímos um grupo de trabalho heterogéneo na câmara, composto por vários serviços municipais, para poder analisar as questões dos riscos contra incêndios, da perigosidade. Numa primeira análise, dos espaços públicos, foram aqueles que nos debatemos, e nos espaços privados.

Pinhal de Negreiros já é um misto de uma área pública com uma área de terrenos privados, porque existe ali um loteamento que ainda não está concluído e dentro desses lotes também tem muitos pinheiros e outras árvores. Neste momento, a câmara assumiu, tendo em conta a

perigosidade daquele espaço, tratar de tudo e não separar o que era público do que era privado.

O que estamos neste momento a fazer é uma redução do material combustível.

Foi feita uma avaliação por parte da Proteção Civil, que foi remetida à Divisão de Espaços Verdes para se fazer esta avaliação. Numa primeira análise, começaram por marcar árvores logo no início do ano e percebeu-se que, partindo do princípio que aquilo fosse única e exclusivamente um espaço florestal, o dano causado seria muito, a devastação seria muito grande. Então, em colaboração com a proteção civil, decidimos cumprir a lei, mas separando as zonas que estão junto das casas e as zonas que são mais florestais. Por isso, quando lançámos o procedimento e decidimos abrir uma hasta pública, porque a nossa preocupação era conseguir, por um lado, cumprir os prazos legais e, por outro lado, conseguirmos garantir a segurança das pessoas.

Relembro que no ano passado aquela zona foi alvo de um grande incêndio que não começou no nosso concelho, mas que rapidamente, tendo em conta as ramagens das árvores e a proximidade das árvores, saltou da Quinta do Conde para Pinhal de Negreiros. A situação, penso que a seguir o vereador irá falar disso, só não foi mais grave, porque a câmara já tinha iniciado muitos trabalhos de limpeza daquela área. A nossa preocupação e a nossa aflição em relação a Pinhal Negreiros era conseguir garantir estas duas situações, principalmente a situação da segurança.

Lançámos um procedimento de hasta pública, porque a câmara com os seus meios não tinha possibilidade de proceder aquela operação e foi muito difícil fazer a hasta pública. Porque, neste momento, o mercado, os meios e os equipamentos estão como nunca estiveram ao serviço da limpeza da floresta e de áreas deste tipo. Não é só a Câmara Municipal de Setúbal que está a fazer estas ações, são todos os municípios, e foi muito complicado.

Fizemos uma hasta pública, delimitamos por zonas, e a hasta pública foi transparente, não necessitou de vir aqui à Câmara Municipal, porque o seu valor está dentro das competências da Sra. Presidente, mas ela é pública e foi afixada nos editais da câmara e separámos consoante as zonas. Julgo que fizemos cinco zonas e que dentro de cada uma das zonas foram esclarecidos o número de árvores que iriam ser abatidas e as que estavam vivas, as que estavam mortas devido aos incêndios, as que não estavam em condições e que podiam ter risco de queda e as que, tendo em conta a proximidade com as outras, podem fazer aquele efeito de ir passando fogo de um lado para outro, por isso é que se fala nas desramagens em algumas delas para não estarem tão próximas.

Esta separação foi feita e foi lançada a hasta pública. Inicialmente fizemos uma avaliação relativamente à hasta pública e propusemos um valor, mas a hasta pública ficou deserta.

Aí começou a nossa maior preocupação, como é que vamos conseguir proceder à limpeza daquele espaço, porque uma das maiores preocupações dos moradores de Pinhal de Negreiros, entre outras e que tínhamos reclamações, prendia-se com o facto de haver muitos pinheiros junto às casas e alguns estavam mesmo em cima das casas e não se ter feito ou se ter começado com a limpeza do lado da estrada.

Percebo a questão das pessoas, mas na minha consciência a minha grande preocupação quando chegámos a abril foi, *"A hasta pública está deserta, como é que vou resolver o problema das árvores que me podem, em julho, agosto ou setembro, trazer imensos problemas caso se repita o incêndio."*

Decidimos fazer outra avaliação, tivemos que baixar o valor da hasta pública, aqui não era a ideia de a câmara ganhar absolutamente nada com isto, o que a câmara necessitava era que a limpeza fosse feita e que os materiais fossem recolhidos. Hoje em dia, todas estas limpezas que estão a ser feitas no concelho pelos particulares, que muitas vezes indevidamente não contactam a câmara para podermos ir recolher e põem ao lado dos contentores, é um volume muito grande de material e a câmara tem que pagar para que esse material seja recebido.

No caso da hasta pública, já tivemos algumas acusações de ser um negócio, disto e daquilo. A câmara recebeu um valor mínimo por aquele material, porque o intuito da câmara não era vender a madeira para obter vantagem, o intuito da câmara era vender a madeira para conseguir realmente resolver aquele problema de segurança e após duas hastas públicas

conseguimos fazê-lo na consciência de que seria o procedimento mais correto, fazer e lançar a hasta pública.

Foi uma empresa grande que respondeu e que está a fazer os trabalhos, conforme estão previstos no caderno de encargos. Mas a proposta da hasta pública foi feita pelos técnicos municipais desta área supervisionada pelo nosso chefe de Divisão de Espaços Verdes, que é engenheiro florestal, e pela engenheira Teresa, que pertence também aos quadros desta Câmara Municipal e é Técnica de Engenharia Florestal, que fez todo o levantamento e que fez toda a marcação das árvores.

Tecnicamente, não tenho nada a apontar e tenho uma grande confiança no trabalho que os técnicos da DIEV fizeram, até porque são eles nesta Câmara Municipal os maiores defensores das árvores, como devem calcular, porque é o trabalho deles.

Muitas vezes podemos dizer que há áreas que são mais sensíveis a este problema das árvores, há outras que, se calhar, não têm tanta preocupação, mas posso-vos garantir que a Divisão de Espaços Verdes é uma das que têm maior sensibilidade para este tema, porque no dia-a-dia tem que gerir estas questões.

A hasta pública está a ser acompanhada pela Câmara Municipal, agora não está lá desde manhã até à noite, mas são feitos relatórios e são feitas apreciações do trabalho e é fiscalizado e verificado o trabalho que a empresa tem estado a executar e se está em consonância com o que está na hasta pública.

O trabalho está a ser feito conforme o previsto, está a ser avaliado pelos nossos técnicos e a ser acompanhado.

Relativamente ao resto das questões que colocaram e à informação com a população, temos vindo a constituir uma série de comissões de moradores exatamente para manter as pessoas informadas sobre os procedimentos que vamos fazendo. Não tem só a ver com as árvores, tem a ver com as questões do dia-a-dia que preocupam as pessoas e quando sentimos que há recetividade das pessoas, temos feito reuniões e neste momento, o vereador pode dizer, mas penso que há 19 comissões de uma forma mais informal e que têm trabalhado em prol do sítio onde vivem e que nos têm feito alterar uma série, se calhar, de ideias que tínhamos pré-concebidas em relação a um determinado assunto e que depois em conversa com as populações chegamos à conclusão que aquele não é o melhor caminho.

Aqui a margem de manobra não é tão grande assim, porque não se trata de decidir se isto vai ser pintado de uma cor ou de outra, se o caminho vai ser aberto com um sentido para a direita ou para a esquerda, trata-se de uma determinação legal e de uma questão de segurança.

Não dormiria com a minha consciência descansada se, ao depender de mim a questão das árvores, ela não fosse tratada desta maneira.

Em Pinhal de Negreiros já reunimos com as pessoas, já fizemos duas reuniões e temos outra agendada para o dia 7, porque é assim que trabalhamos, damos a cara.

Quando os pinheiros começaram a ser cortados, as pessoas, se calhar, desejavam que fizéssemos a reunião logo no dia a seguir, mas vai ser feita amanhã, porque no momento em que estavam a decorrer os trabalhos, o executivo municipal teve na União das Freguesias de Azeitão e visitou o local, exatamente no momento em que tinham começado os trabalhos de Pinhal de Negreiros.

O que vos posso dizer é que, talvez, possa haver algum problema de comunicação entre as pessoas, mas quando saiu a primeira hasta pública, se calhar, não precisávamos de fazer, mas tomámos a decisão de enviar a todos os membros da comissão o documento e até houve pessoas que fizeram algumas perguntas sobre o teor do mesmo, que depois foi encaminhado para o serviço para dar resposta. Portanto, essas pessoas tiveram acesso. Quando se fez a segunda hasta pública, voltou-se a dizer que não se tinha feito e porque é que não se tinha feito. Ainda não se tinha iniciado os trabalhos e voltámos a mandar, até porque podia ser que alguém conhecesse quem quisesse concorrer, porque estávamos realmente a ver o tempo e os prazos a chegarem ao fim e a não conseguir ter quem fizesse estes trabalhos.

Quando os trabalhos tiveram para começar, a empresa disse-nos que já tinha condições para começar o trabalho e, através do Gabinete de Apoio às Freguesias, foi feito uma

comunicação por e-mail a informar as pessoas que os trabalhos iriam começar e quando é que iriam começar.

Mas se da parte das pessoas alguma coisa não correu bem, julgo que amanhã também teremos oportunidade na nossa opinião de esclarecer isso e de deixar tudo muito bem claro.

Tenho aqui uma informação, que vem dos espaços verdes, e antes de terminar a intervenção que já vai longa, dar algumas notas das preocupações deste serviço municipal e desta divisão relativamente a este assunto.

“E as recomendações que, para a Câmara Municipal, são aquelas que estamos e temos vindo a trabalhar e que vamos continuar a trabalhar, têm a ver com isto:

Para a Câmara Municipal planear e programar a ocupação e uso do solo nas zonas cedidas para domínio público e atualmente ocupadas com vegetação silvestre, em particular, planear a compartimentação das diversas parcelas com ocupação de atividade humana e com espécies vegetais de menor risco de incêndio.

Planear e manter no interior e exterior do loteamento, uma rede de caminhos e outras infraestruturas de apoio à prevenção e ao combate de incêndios.

Fazer a informação cadastral do local, implementar um plano de manutenção preventiva para que todos os anos a manutenção não seja desta dimensão, para que não passe tanto tempo e depois tenha que se chegar a esta situação.

Estudar e planear as parcelas silvestres com outras culturas de menor ocupação, executar a faixa exterior de gestão de combustível até 50 metros, com base na lei - que é o que estamos a fazer. Executar uma faixa de gestão de combustível no interior do loteamento e em redor dos edifícios, com uma largura de 10 metros, e corte de todas as árvores com copas projetadas nos edifícios e a uma distância inferior a 5 metros para os edifícios.

Contratar um técnico de engenharia florestal, - vem hoje no mapa de pessoal a proposta desse reforço - promover a floresta e as árvores em Pinhal de Negreiros como um bem público na conservação do solo.

Veja-se, por exemplo, a situação da Califórnia, o que esta semana aconteceu por causa das enxurradas de lama devido às consequências dos incêndios.

A retenção e infiltração das águas da chuva e a disponibilização de espaços de recreio e lazer, que é necessário projetar neste loteamento, entre outros benefícios culturais, beleza da estética da paisagem, globalmente designados como serviços de ecossistema.

Atualizar e transcrever para o plano de defesa de florestas contra incêndios, todas estas medidas que foram adotadas e os critérios, divulgar junto da população os planos de emergência, promover e alterar o comportamento dos proprietários privados através de ações de sensibilização e no que devem fazer relativamente a esta matéria, porque também temos árvores dentro das propriedades das pessoas e aí têm de ser as pessoas a tomarem medidas.

Organizar-se, no caso dos proprietários, com o apoio de outras entidades, como, por exemplo, a câmara, a junta, as associações e grupos de voluntários para desenvolver operações comunitárias no âmbito da limpeza das matas, da sinalização de montes, das acumulações de lixo, de entulhos, etc. - como também sabem que existe no meio de Pinhal de Negreiros.

Manterem as suas edificações em bom estado de conservação, adotando medidas de autoproteção dos seus espaços exteriores. Que foi o que já falei em relação aos jardins, quintais e etc. Também sensibilizar os proprietários para contraírem um seguro eficaz.”

É isto que temos estado a fazer em Pinhal de Negreiros.

Só para terminar, dizer à senhora vereadora, que há uma diferença grande, no meu ponto de vista, entre os pinheiros e os eucaliptos. Os eucaliptos são espécies invasoras que o nosso país adotou e que neste momento são a maioria das árvores nos grandes espaços florestais por questões económicas, mas a verdade é que neste momento já ocupam mais de 60% da nossa floresta.

O pinheiro é uma espécie diferente, contudo é uma espécie bastante combustível. É diferente, porque é uma espécie nossa, não é uma espécie que tenha vindo de outro sítio, mas é uma espécie com efeitos combustíveis muito grandes.

Uma das questões que tínhamos falado com os moradores era, na medida do possível e dentro do pinhal podermos ter um plano de reflorestação com outras árvores, nomeadamente árvores aqui mais do sul, sobreiros e azinheiras, mas também vimos outro tipo, talvez árvores de fruto ou castanheiros, outras árvores do nosso país que não sejam tão combustíveis como os pinheiros.

Isto é só o princípio deste trabalho, que partimos da questão de segurança e de poder fazer ali um trabalho que nos pode levar a uma situação muito agradável para quem ali mora, com a requalificação daquele espaço e com zonas de lazer e de estar definidas.

Julgo que, mais ou menos, respondi.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A vereadora Carla deu uma informação bastante importante do ponto de vista do maciço florestal e do tratamento de todos esses aspetos.

Agora quero dizer que Setúbal há quase uma década que tem uma intervenção de excelência reconhecida por todos no espaço florestal.

Há 7 anos fizemos 32 Km na zona da Serra da Arrábida, zonas onde só iam os helicópteros e hoje qualquer carro chega lá rapidamente e resolve o problema, também com trabalho de vários tipos, multifacetado, em 2016, que foi o ano em que houve mais área ardida em Portugal até 2017, que depois superou o ano de 2016.

Em 2016 Setúbal teve zero estatístico de área ardida, o que resultou do trabalho que estava a ser feito, mas também é preciso ter alguma sorte nestas coisas, é evidente. E no ano passado, que foi o ano em que, historicamente, mais área ardeu em Portugal, acima dos 500 mil hectares, Setúbal ficou um pouco acima do zero estatístico, tendo tido um incêndio perigoso, mas muito pequenino de 5 hectares ali na Reboreda, na Quinta dos Vidais, tendo tido o impacto deste incêndio na Quinta do Conde e que transitou para Setúbal.

Em relação a este incêndio é interessante dizer que como era na Quinta do Conde, o sistema operacional de combate a incêndio não chamou Setúbal e interveio com os meios e recursos, todos fora de Setúbal, ao ponto de termos uma equipa da Amadora a entrar por Pinhal de Negreiros sem saber para onde é que ia.

Foi a Sra. Presidente Celestina que disse que tinham uma informação que era na Quinta do Conde, mas já estava a chegar a Setúbal. Depois Setúbal arrancou para lá, mas não teve intervenção, porque o sistema operacional não nos permitia sequer intervir.

A nossa preocupação era que víamos todo o Pinhal de Negreiros transformado numa tocha.

Se não tivéssemos feito uma intervenção a situação ali tinha acabado na semana anterior, ou dez dias antes, em que fizemos faixas de proteção combustível à volta da urbanização, onde o fogo chegou e morreu ali, exatamente no sítio onde estava a faixa de contenção feita pelo Município de Setúbal.

Nós teríamos tido uma tocha de facto, porque tínhamos silvas que vinham do mato, subiam três metros e entravam pelos quintais das pessoas a dentro, em que as nossas máquinas desapareceram debaixo delas quando andávamos a cortar.

Ficámos muito preocupados por causa da natureza da urbanização e entendemos que nunca mais voltaria a acontecer uma situação daquelas. Decidimos que nunca mais, aliás, decidimos que em relação à Quinta dos Vidais nunca mais vai voltar a acontecer o que ali aconteceu. Na Quinta dos Vidais tomámos posse administrativa de toda a quinta, afastámos os proprietários e fizemos o que tínhamos a fazer. Depois eles entraram, foram multados e pagaram tudo o que fizemos. Pagaram multas pesadas, que chegou aos 3 mil euros, 5 mil euros, conforme os casos.

Este ano organizámos e limpamos tudo e aquilo está impecável e temos a garantia que nunca mais, mesmo que hajam pequenos fogos na Quinta dos Vidais, nunca mais a Reboreda vai ter o que teve.

Em relação ao Pinhal de Negreiros e também à zona da Tanoeira, que é uma outra zona sensível, é de que nunca mais volte a acontecer o susto que aquela população sofreu. Estive lá com pessoas que estavam a apagar e aquilo estava a arder forte e feio. Imaginar o que é todo aquele pinhal a arder em cima das casas, é algo que não se pode mais imaginar e, portanto, decidimos atuar de uma forma adequada em relação a Pinhal de Negreiros.

Pinhal de Negreiros tem uma classificação de área florestal, pode estar errado e nós achamos que está errado, cujo o corte seria de 1.500 pinheiros, se seguissemos a regra de área florestal.

O que é que fizemos? Começámos a fazer marcação e concluímos que não podia ser, porque aquilo de facto não é uma área florestal e então decidimos contactar a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Arrábida, a comissão intermunicipal que tem a função de gerir a intervenção na Serra da Arrábida e no Parque. Fizeram-nos um parecer dizendo que, tendo em conta a especificidade, a natureza e o tipo de urbanização existente naquele maciço florestal, poder-se-ia considerar aquela zona como uma zona de floresta periurbana. Quer dizer que, nesse caso, o corte não tinha que ser de 1.500 árvores, seria um corte muito mais reduzido. E foi dentro dessa lógica que entregámos, como disse a senhora vereadora, os afastamentos, e informámos na reunião de moradores, que seria feita após o corte a reforestação com outra espécie e a requalificação integral da urbanização em múltiplos aspetos, a iluminação que já está, o estacionamento, as zonas de lazer e a projeção de soluções para ocupar de uma forma adequada todo aquele espaço arbóreo.

É um trabalho que vem de longe e que não resulta da guerra à volta dos fogos, e para nós foi chocante o que decidiu o Governo, dizer que os municípios só tinham a responsabilidade de tratar da sua zona e depois saiu uma lei que diz *“da sua área pública e da periurbana que podia substituir-se aos privados”*. Depois não era pública e periurbana, era pública, periurbana e que poderia intervir na área rural e florestal.

Depois já não era “podia”, “tinha que intervir” e depois se não intervier nesse patamar todo, era retirado 20% de todas as transferências financeiras, que no nosso caso são 2 milhões de euros, e que em situação de catástrofe ou de risco sério para pessoas e bens há a responsabilidade criminal da Presidente da Câmara. Portanto, não se pode brincar com isto.

Se a câmara não fizer o que tem que fazer e se em Pinhal de Negreiros acontecer, ou em qualquer urbanização, um acidente grave e for feita uma peritagem e se verificar que não foi feito o que tinha que ser feito, de acordo com a lei, a Presidente da Câmara é acionada criminalmente, como foram os de Pedrogão e outros. É preciso perceber-se isso.

O risco foi a questão fundamental que nos levou a intervir de imediato, mas também com a consciência de que o risco ia devastar alguma coisa e também a necessidade de recompor o resultado dessa devastação.

Isso foi informado aos senhores moradores de Pinhal de Negreiros num plenário, onde compareceu cerca de 80, 100 pessoas, e onde foi eleito um grupo de trabalho que depois já reuniu connosco uma vez já a pensar noutros aspetos. Demos por assente, podemos estar enganados, que tudo estaria compreendido e quando acabar o corte faremos uma reunião para avaliar a situação e vermos como é que iremos prosseguir a requalificação da urbanização. Foi assim que pensámos.

Recebemos um pedido urgente de audiência de um morador, no dia 25 de maio e marcámos a reunião para o dia 7 de junho. Vamos reunir com o grupo de trabalho, que na altura foi eleito, para prepararmos e avaliarmos o que está a acontecer na urbanização com as medidas de requalificação e preparar um plenário de moradores para conversarmos sobre isso tudo.

Não me parece que seja falta de diálogo, de qualquer maneira há aqui um desfasamento entre a tensão criada com um corte e a conversa, mas vamos reajustar as coisas.

Creio que é muito importante que se tenha presente essa questão.

Houve alguém que falou que aquele corte era para fazer negócio, devem estar a brincar com isto, porque, neste momento, ninguém quer madeira, o país ardeu quase todo e não há onde pôr madeira.

Habitualmente fariamos uma hasta pública que daria à câmara dinheiro para fazer uma intervenção bestial em Pinhal de Negreiros, mas isso não existe. Ficou vazia uma vez, vazia outra vez, e os homens levam a madeira, não temos meios de cortar.

Como é que é possível falar-se em negócio? Aliás, a hasta pública é pública e imaginemos que aquilo valeria 20 ou 30 mil euros, podíamos-nos comprometer que aquele dinheiro era para aplicar em Pinhal de Negreiros para se fazer outras atividades, qual era o problema?

Acho que é muito importante que se tenha esta informação, com toda a sua latitude e não apenas neste ou naquele aspeto concreto e de preocupação concreta.

Na reunião que vamos fazer amanhã com a comissão, vamos tentar explicar o porquê do corte de cada árvore. Em Pinhal de Negreiros, como é muito grande, tivemos que arrumar por zonas e em cada zona sabermos as árvores cortadas e explicar porque é que aquela árvore em concreto foi cortada, para que não hajam dúvidas sobre as razões dos cortes e o que é que se pode realmente fazer ali.

Aliás, temos uma proposta de munícipes no sentido de cortar lá uns pinheiros escandinavos, não sei como é que chama aquilo, porque são umas árvores que lançam muita caruma em cima dos carros e que matam as árvores todas em baixo. Depois teremos que falar sobre isso, uma vez que foi um pedido concreto, porque no fundo as pessoas não querem aquelas, querem outras e vamos ver quais são.

É uma conversa que temos que ter, é uma gestão que temos que fazer no sentido de as coisas serem feitas de acordo com o interesse das pessoas.

Quando tratámos do estacionamento, tínhamos feito uma proposta, duas bolsas de estacionamento, e as pessoas disseram que relativamente a essa, muito bem, e que relativamente à outra, que não valia a pena, que se fizesse antes acolá. Então vamos fazer acolá.

O município tem que intervir na requalificação da urbanização e sai tão caro fazer aquilo que um técnico pensou, como fazer aquilo que os munícipes pensaram, não é esse o problema. Se podermos fazer aquilo que vai ao encontro dos interesses dos munícipes, da vivência, da forma de estar e dos hábitos, melhor, não é esse o problema, portanto.

O que estamos a fazer nos outros grupos de trabalhos das outras urbanizações é um pouco isso, temos tido soluções espantosas que nunca nos lembrámos e que os munícipes se lembraram e estamos a fazê-las.

Para nós não é problema, se fosse problema não tínhamos marcado um plenário, não tínhamos reunido, não tínhamos lá feito nada. Para nós não é problema estarmos a fazer nestas todas e em muitas outras com quem vamos fazer reuniões com os moradores para conversar sobre estes problemas.

Quero que fique claro que a motivação número um foi a segurança. Estou a imaginar o que seria ali à frente termos o problema da estrada, e a estrada que é o nosso Pedrógão vezes dez.

Imaginar a estrada de acesso à praia, como estava a ser usada, com milhares de carros em cima uns dos outros onde ninguém passava, em caso de incêndio na Serra como o que aconteceu em 2005, que é o nosso Pedrógão vezes dez, mas depois todos viriam dizer que esta câmara não tinha feito nada e a presidente seria criminalizada. Não pode ser.

Agora podemos questionar se pode ser feita de uma outra maneira, vamos ver, mas pode haver muitas maneiras de fazer e todas elas têm que cumprir a lei e mesmo assim já estamos a correr um risco de classificação do território ou encontrar um parecer que atenua o impacto dos cortes.

Reafirmo, se houver uma peritagem em cima de um risco grave e se não tivermos cumprido o que a lei diz, alguém vai preso e não são os moradores que protestaram.

Uma árvore que está com a raiz fragilizada em cima das casas, cai a árvore e mata uma criança ou um adulto e depois vão dizer que a câmara não fez o que devia. Vimos o que aconteceu na Madeira agora está o Presidente da Câmara em Tribunal e toda a equipa técnica dos espaços verdes, porque uma árvore que caiu e matou várias pessoas, porque houve aquela dificuldade de protesto e não se fez o que tinha que se fazer, não houve coragem de fazer o que tinha de fazer. Há coisas que é preciso ter coragem para fazer.

Não me vou alongar mais, só quero dizer que o que estamos a fazer pode ter atenuantes diversos e complementos diversos e vamos tentar ver se isso existe e vamos trabalhar. Regra número um, cumprir a lei e encontrar a melhor solução para que ela seja cumprida e a contento do bem-estar dos moradores. Sempre cumprindo a lei.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Só para sublinhar a minha pergunta que era muito simples, saber, no que respeita ao que tem sido o corte de árvores da Junta de Freguesia, se existe um acompanhamento por parte dos serviços da câmara, até mesmo frisando o que a vereadora Carla Guerreiro disse e bem, que é o departamento que mais procura cuidar, conservar essas mesmas árvores. Se há esse acompanhamento técnico, aconselhamento e cooperação.

Sra. Presidente da Câmara – Mas a vereadora já respondeu.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Não percebi essa resposta.

Sra. Presidente da Câmara – Então não falou, até disse os nomes dos engenheiros, mas pode repetir.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Se for em relação a Pinhal de Negreiros... Não? Há em relação ao acordo de execução, há um acompanhamento, embora no acordo de execução o que ficou previsto foi que a União das Freguesias de Azeitão pudesse proceder à poda, tudo o resto relativamente às árvores continua a ser feito pela Câmara Municipal. Mesmo em relação à poda existe esta relação e este acompanhamento entre a União das Freguesias de Azeitão e a Divisão de Espaços Verdes para se harmonizarem procedimentos. Isso tem sido feito.

Os abates e a avaliação de riscos, em relação a quedas são feitos pela Câmara Municipal. Peço desculpa, porque pensava que era só em relação a Pinhal de Negreiros.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Tenho aqui uma questão, que é menor comparada com os assuntos que foram aqui abordados e que tem a ver com o terreno baldio que está em frente à Escola Preparatória do Bocage.

Gostava de saber, Sra. Presidente, se aquele terreno é municipal, se é particular, se é privado e se está previsto alguma intervenção para aquele mesmo terreno? Porque efetivamente devíamos dar um uso mais adequado àquele espaço que não seja um estacionamento desordenado, como tem acontecido até ao momento.

Pegando na intervenção do vereador Nuno Carvalho, saber se já existe algum balanço, sei que o tempo não tem ajudado, sobre a medida "Arrábida sem carros", que já leva uma semana. Saber, efetivamente, se as pessoas já foram à praia ou não e se sentiram bem, se as medidas estão adequadas ou não. É só para continuar com esta questão e que penso que é importante a população saber.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Não é propriamente para questionar o executivo por alguma questão, mas sim porque é um espaço que também merece e que também é próprio para o fazer, saudar todos os serviços da câmara e todos os trabalhadores da câmara, toda a comunidade educativa e toda a população de Setúbal que no passado fim-de-semana participou em grande massa no "Há Festa no Parque", na sua 10.ª edição. Penso que é um exemplo a forma como no município envolvemos com a participação da comunidade e das suas estruturas e associações, das entidades e em toda a comunidade educativa numa estreita ligação com a cidade e com o concelho.

Este pedido de palavra era exatamente para fazer essa saudação, começando pelos trabalhadores da câmara, todos os serviços envolvidos, por todos os profissionais da comunidade educativa e por toda a população em geral.

Sr. Vice-Presidente – Só uma palavra em relação ao tema central que tem estado a ser debatido.

Para que se perceba, às vezes, são feitas apreciações, críticas ou observações que não têm que ser tecnicamente fundadas, mas também têm que procurar perceber se há

fundamentação técnica ou não, porque é muito fácil criticar, normalmente critica-se com toda a facilidade sem se preocupar em ver se tem ou não fundamento.

Para remate desta discussão, reforçar a ideia de que esta câmara, estes responsáveis políticos que estão aqui há quatro mandatos, sempre tiveram como uma linha de orientação o verde desta cidade e neste momento, até usamos um lema que é “Rio Azul, Cidade Verde”. É ou não é verdade que devolvemos o rio à cidade?

Estamos em 2018, se nos recordarmos de há 20 anos atrás aqui em Setúbal, o senhor vereador Fernando Paulino recordar-se-á de muitos debates, se acompanhava a questão política aqui, esta era uma cidade relativamente seca. Foram tomadas medidas. Era, no tempo do Sr. Presidente Mata Cáceres, porque havia pouco governo na cidade. Esta cidade, hoje, é, de facto, uma das cidades com área urbana bastante equilibrada com o espaço verde.

A questão do espaço verde no meio urbano é uma preocupação central que temos. Não se diga, e é isso só que quero sublinhar, que há algum descuido da nossa parte e levamos tudo a eito para abater árvores quando não há risco ou quando não há necessidade. Isso raramente acontece, sobretudo neste caso, em Pinhal de Negreiros, como foi aqui muito bem explicado, não foi essa a razão, foi uma necessidade para proteger, antes de mais, os residentes daquela zona, mas no geral a cidade ainda há de ser mais verde num futuro próximo.

Tem sido esta a linha de rumo nos últimos 20 anos e nós devemos chamar a atenção para isso e fazer crer que todos consideram que isso é bom e útil para a cidade.

Sr. Vereador Fernando Paulino – É só para reforçar a intervenção do vereador Pisco e dizer que efetivamente é verdade aquilo que ele disse, houve a preocupação de reflorestação e de criação de espaços verdes dentro da cidade, como é o caso da Algodeia e da Bela Vista, ainda na gestão do Partido Socialista. Que fique registado que houve essa preocupação e que continua e registamos isso com orgulho.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A senhora vereadora Teresa Andrade falou de uma matéria que não referi, existe uma Comissão Municipal de Proteção Civil há muitos anos e existe uma Comissão Intermunicipal dos três municípios.

Essa comissão intermunicipal tem essa composição vasta, reúne regularmente e todos os anos aprova o Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta e há um Plano Intermunicipal da Defesa da Floresta que tem a duração de cinco anos que é renovado regularmente e que tem regras, e tem estratégias de trabalho.

O Plano Operacional Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios vai ser apresentado em Setúbal no dia 13, creio eu, para uma apreciação pública. Pode participar, não sei agora exatamente o local, e acho que é dia 13, mas depois vou pedir aos serviços para fazer chegar aos senhores vereadores um convite.

Já agora também dizer que, além dessa Comissão da Defesa da Floresta, temos a Comissão Municipal de Proteção Civil, que é outra comissão e com outra amplitude mais vasta do que esta, e temos as comissões locais de proteção civil que são presididas pelos Presidentes de Junta em todas as juntas de freguesia.

Temos uma rede de trabalho em volta da questão de Proteção Civil e Socorro, de acordo com a lei em vigor, não há muitos municípios que tenham toda esta estrutura organizada. Recentemente, até por razões diversas já estamos há dois anos a trabalhar nisso, concluímos e no ano passado aconteceu um acidente que nos deu muita razão. Fizemos reuniões com todas as coletividades do concelho, freguesia a freguesia, para identificar a situação das suas sedes sociais e a segurança das mesmas no sentido de serem tomadas medidas de proteção das pessoas que as utilizam.

Neste momento estão a ser feitos relatórios para depois serem feitas intervenções, além de todos os planos que temos para todos os edifícios públicos. É um processo muito vasto, muito complexo, muito grande, muito envolvente e que abrange muitos serviços da câmara e muitas entidades externas à câmara. Só para dar a ideia de que estamos a falar de um

acontecimento, é um processo em que este acontecimento entra como uma peça relevante e as situações são sempre de relevância máxima para os diretamente atingidos e é justo que seja assim. Isso tem que ser respeitado e tratado desta forma e é assim que procuramos tratar.

Sra. Presidente da Câmara – Gostava de fechar este período e ainda temos aqui um voto de pesar para ler, mas antes dar só algumas achegas às questões que aqui foram colocadas. Começava pela penúltima, que foi uma constatação do vereador Fernando Paulino e dizer que o Parque da Algodeia e o Parque Verde da Bela Vista foram feitos pelo Partido Socialista, é um facto, mas foram mal feitos.

A Algodeia foi toda recuperada por nós, é bom ter memória. É bom ter memória do lago e de todo o jardim recuperado por nós e o Parque Verde da Bela Vista foi menos, mas também foi recuperado por nós, portanto, também convém aqui repor a verdade.

Já agora convém dizer também que no tempo do Partido Socialista, de facto, não haviam estas reuniões descentralizadas, como foi também preocupação da senhora vereadora Teresa Andrade em relação a saber quando colocou, e bem, esta questão de Pinhal de Negreiros se tinha havido reuniões com os moradores. Costumamos fazer reuniões com os moradores.

No tempo do Partido Socialista é que não havia reuniões com os moradores, mas nós costumamos fazer reuniões com os moradores.

Em relação a este terreno baldio em frente à Escola Preparatória do Bocage é um terreno privado, você sabe de quem é o terreno? Não? É dos tios do Sócrates. É, mas não tem mal nenhum, mas estávamos a achar piada, porque achava que sabia, porque todos sabem de quem é aquele terreno e sendo de uma pessoa que era do Partido Socialista, por isso é que eu estava a rir, mas não tem mal nenhum. Foi só por isso, porque se fosse, se calhar, o vereador Nuno a perguntar ou outra pessoa qualquer podia até nem saber.

Já houve tentativas até de negociar com os senhores, o Sr. José Sousa já fez algumas reuniões connosco, no sentido de ver o que é que era possível ali construir, mas ele não teve ainda capacidade de fazer essa construção e, portanto, não sei se irá vender. Mas é privado, é o que interessa saber.

Quanto a Pinhal de Negreiros, acho que já foi sobejamente explicado. De facto, custa-nos muito, nem que seja uma árvore pequenina, e a senhora vereadora nem imagina o número de árvores que temos para pedido de abate. Nem imagina quantas e nós resistimos ao máximo, resistimos e às vezes não há forma de dar a volta, ou porque as árvores provocam alergias e esse tipo de árvores, os plátanos, que foram plantadas indiscriminadamente aqui a alguns anos atrás, criam graves problemas à saúde.

São tantos os pedidos que nem imagina e algumas vezes já em situação extrema e nós lá temos que cortar alguma. Outras vezes conseguimos cortar e substituir, outras vezes, não conseguimos substituir, porque as infraestruturas que estão por baixo, canalizações de gás, de água e ficam enroladas nas raízes das árvores que estão para ser abatidas e só podemos tirar até ao tronco e fechar ali com passeio e não podemos sequer puxá-las, porque atrás das raízes vêm infraestruturas, para depois colocar lá uma nova árvore.

Outras vezes, ainda, as pessoas abusivamente cortam as árvores, já aconteceu em ruas inteiras em Azeitão, e não vi nenhum partido ou nenhum dos vizinhos, até das outras ruas, manifestar-se contra ruas inteiras e tivemos que pôr as pessoas em Tribunal, porque as árvores são património do município e têm regras para serem cortadas.

Há um que não gosta, o da ponta, o do meio, os outros são aliciados também para tirar e vai a rua inteira. Nós resistimos muito para que isto não aconteça, mas em Pinhal de Negreiros tínhamos ali muitas árvores já queimadas, estavam ocas. As pessoas sabem que houve lá um incêndio, não vou continuar a explicar, mas foi muito complicado e vamos fazer o repovoamento com outro tipo de árvores e isso vai ser discutido outra vez com as pessoas. A vereadora já disse, no dia 7 está marcada nova reunião e onde estão maiores clareiras vão ser repovoadas, vão ser replantadas novas árvores de outro tipo, com outras características.

4

O pinheiro é uma árvore que para o fogo é um alimentador e, portanto, vamos plantar ali outro tipo de árvores e isso vai ser tudo tratado é só preciso ter um pouco de calma. As pessoas não gostam de ver o que está a acontecer, e nós também não gostamos, mas gostamos muito menos de saber que poderá haver ali um acidente e serem postas em causa a vida das pessoas, seria muito pior.

As árvores aparentemente podem estar bem, mas estão ocas por dentro e os nossos técnicos é que sabem ver isso, ou porque estão mesmo secas e consegue-se ver por fora, mas há outras que não se consegue ver por fora, e às vezes pergunto porque é que estão a tirar esta árvore, e é preciso quase que fazer um desenho e eles lá me explicam como é que se consegue ver que elas estão ocas por dentro. Se houver um vendaval ou outra coisa qualquer e a árvore cair e provocar um acidente mortal, isso tem que estar tudo acautelado. Tem que se ter um bocadinho mais de calma, porque vão ser replantadas o número de árvores que poderem ser, com as distâncias de segurança para as pessoas.

Tenho aqui duas questões um bocadinho chatas, mas têm que ser ditas em relação às praias. Quero saudar o CDS-PP, porque, ainda em sede de discussão, apresentou propostas muito positivas para ser complemento até do regulamento da gestão das praias e outras coisas para alterar que não são significativas, mas que vêm melhorar o funcionamento e já está entregue nos serviços para se anexar ao regulamento. Foi o único partido que fez chegar estas propostas, é uma boa notícia, é uma boa forma de estar na política.

Saudar também aqui o PSD, que através do Vereador Nuno Carvalho, também concordou que há problemas que têm de ser resolvidos e que são problemas sérios e que podem ali causar graves acidentes.

Não estamos aqui a tentar menosprezar um valor imenso que é a Arrábida, nem a utilização daquelas praias, pelo contrário, queremos que seja cada vez mais utilizado, mas com responsabilidade, com maior segurança, dando segurança às pessoas e dando também qualidade ambiental no futuro.

Não vai ser no próximo ano que se vai ver a qualidade ambiental, só nos anos vindouros é que se irá notar progressivamente a qualidade ambiental naquela área.

Dizer que ontem tivemos reunião com as Estradas de Portugal e a passagem definitiva da Estrada 379-1, que é a Estrada da Arrábida, para a Câmara Municipal de Setúbal. Vamos começar a fazer definitivamente os passeios e as ciclovias nas bermas, o que vai alterar definitivamente para melhor aquela paisagem, permitindo que as pessoas possam utilizar ainda mais, quer a pé, quer de bicicleta, pela Serra sem ter que criar barreiras de circulação mesmo entre a Figueirinha e o Creiro.

Depois não vai haver barreiras, porque existe essa circulação e os carros não podem de todo parar. Agora só existem barreiras, porque há pessoas que não cumprem as regras de trânsito, ninguém pode estacionar nas bermas, nem são regras nossas, são de trânsito e têm que ver com a lei geral e isso não é cumprido há muitos anos. Essa circulação vai melhorar significativamente em toda a linha.

Relativamente ao Partido Socialista, nós tivemos conhecimento de um artigo que foi escrito no Setubalense, pelo Sr. Vereador Fernando Paulino, e ficámos aqui com muitas dúvidas, mesmo muitas dúvidas.

O senhor vereador escreveu que a estratégia de mobilidade proposta em reunião de câmara, passo a citar, *“comporta medidas que todos entendemos necessárias para a resolução presente e futura de alguns constrangimentos conhecidos no acesso às praias”* e depois, já digo eu, contudo o restante artigo contraria esta afirmação e o que propõe é que tudo fique na mesma. Ou seja, por um lado consideram que é necessário, mas, por outro lado não. Propõem que se apliquem na Figueirinha as tarifas com um preço único de estacionamento como no Creio, porque este tem que ver com as horas, com as meias horas, com os quartos de horas. No Creio, no ano passado, eram três euros, e já passaram para quatro euros o dia inteiro. Se tivermos, por exemplo, quatro horas na Figueirinha são 3,20 € e três horas no Creio são quatro euros. Há aqui alguma confusão em relação a estes valores.

No entanto, o senhor Vereador diz ainda, *“que infelizmente todo o histórico aponta para que muitas destas medidas, consideradas fundamentais para o sucesso da implementação da*

4

medida “Arrábida sem carros”, não estão ou nunca estarão reunidas”. Palavras suas no Setubalense de hoje.

Acho isto muito estranho, sabe porquê? Porque no debate da campanha eleitoral, uma das perguntas que foram feitas, o senhor vereador Fernando Paulino respondeu assim, “A questão das acessibilidades às praias da Arrábida é, como se tem testemunhado, pelos piores motivos, sobretudo este verão, não só um problema de mobilidade, mas também de segurança pública, pelo que tem imperativamente de ser solucionado sob pena de ocorrer alguma tragédia humana com consequências demasiado gravosas. As acessibilidades às praias da Arrábida, em nosso entender, têm de ser resolvidas a partir dos dois principais pontos de acesso às mesmas. Por um lado, das acessibilidades a partir da cidade de Setúbal e, por outro, das acessibilidades a partir de Azeitão e para quem vem de fora do concelho, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa. Se as pessoas trazem o seu próprio veículo é porque não existe uma oferta de transportes públicos suficiente, nem abrangente que sirva a procura, sobretudo para quem vem de fora do concelho, que simplesmente não tem outra escolha que não seja trazer o seu veículo particular.” Depois diz mais algumas coisas e dá até algumas sugestões de meios de transporte, que até poderiam ser os tuck-tuck, os elétricos e convencionais, numa lógica de táxi de tomada e largada de passageiros, uma série de hipóteses.

Para acabar diz assim “Naturalmente, com o reforço de aumento de oferta de transportes públicos com estes quatro serviços, acima descritos, a circulação automóvel terá de ser definitivamente abolida.” Não percebo então o seu artigo de hoje, é que a campanha eleitoral não foi assim há tanto tempo. “...definitivamente abolida pelo que, em segundo lugar, passa a ser expressamente proibido o acesso automóvel entre o Parque da Secil...”, ainda vai mais atrás do que nós, nós só estamos a interditar da Figueirinha para a frente, “...entre o Parque da Secil e o Portinho da Arrábida, entre o dia 1 de junho e 15 de setembro, entre as 8h30 e as 20h30. Sendo que se se verificar necessário serão introduzidas barreiras físicas amovíveis como forma de fazer esse controle, para além da presença policial permanente no local. Será, portanto, apenas autorizado a circulação automóvel a veículos devidamente autorizados e identificados a funcionários, fornecedores e a concessionários das praias, etc., e a veículos de emergência e às forças de segurança pública.”

Não percebemos, de facto, o seu artigo de hoje, em que dá uma no cravo e outra na ferradura, que é para estar bem com alguns moradores, mas era bom que se entendesse, de uma vez por todas, o que é que o Partido Socialista pensa em relação a isto.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Muito obrigado por ter lido o meu artigo, é sinal que tem algum valor também, vale aquilo que vale, mas de qualquer das formas foi feito com o intuito de esclarecer e demarcar uma posição que já era uma posição conhecida e que na última reunião de câmara foi devidamente defendida e apresentada, até como proposta de alteração daquilo que foi aqui apresentado, que era a abolição das taxas ou a redução do valor das taxas de estacionamento na Figueirinha e de se levantar a interdição de passagem no troço entre o Creiro e a Figueirinha.

Esse artigo e essas respostas foram efetivamente dadas em campanha eleitoral e tudo o que está aí é verdade, porque existiam quatro pressupostos que eu defendo e defendia, que não estão, neste momento, reunidos, transportes públicos eficientes e com valores baixos, não há, não existe e a senhora não pode garantir, porque nem sequer depende da Câmara Municipal. O senhor vereador está a rir porquê? O que é que não percebeu? Disse alguma piada?

Quando estamos a tratar de assuntos sérios, e o problema que se põe aqui nesta reunião de câmara é que os assuntos sérios, por vezes, não são tratados da forma que deviam. Os senhores têm que ouvir, não me estou a contradizer, estou a explicar à Sra. Presidente quais são os pressupostos que estão intrínsecos ao artigo que escrevi e que não estão, neste momento, reunidos.

O histórico que eu falo nesse artigo, é o histórico do nosso transporte público em Setúbal, que é deficiente, é caro, não é eficaz e nós sabemos que todos os anos existem episódios caricatos de transportes para as praias, inclusive o abandono de um autocarro na Figueirinha



com os passageiros lá dentro cujo motorista foi embora. Sabemos que isso existe. A Sra. Presidente pode garantir que, neste ano, essas situações não se vão passar? Não pode. Pode garantir que os preços dos bilhetes para Figueirinha vão ter um valor acessível às carteiras das famílias setubalenses? Não pode, porque não depende da Câmara Municipal. Podia, efetivamente, ser suportado uma parte pela Câmara Municipal e nós defendemos isso. Se a Sra. Presidente disser que o valor do bilhete para a Figueirinha são 4,10€ e a Câmara Municipal comparticipa com 50%, nós estamos aí.

Existe aqui uma família de quatro pessoas para ir à praia, e o senhor já fez as contas? O senhor frequenta as praias de Setúbal? Ou vai só à Caparica? É que nós estamos aqui em Setúbal, já não podemos ir a Troia e queremos ir à Figueirinha.

Não se esteja a rir.

Estou aqui a representar pessoas que também votaram em nós. Nem todas as pessoas votaram em vocês, que estão no executivo da Câmara Municipal com pelouros, também votaram em nós e nós representamos uma franja da população setubalense.

O que me preocupa não são as vozes que se ouvem em Setúbal, porque em democracia isso é normal, o que me poderia preocupar é se as vozes não se fizessem ouvir, havendo silêncio por parte das pessoas, isso é que me preocupava em democracia. As vozes fazendo-se ouvir ou virem com uma toalha para Praça do Bocage, digo já que não venho, mas virem com uma toalha e fato de banho para a Praça do Bocage é legítimo, em democracia isso existe, os senhores não estão habituados, têm que se habituar.

Aquilo que escrevi e aquilo que respondi...

Sra. Presidente da Câmara – Porque é que está a baralhar uma coisa com a outra?

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não estou a baralhar, estou a defender a minha posição que é a posição do Partido Socialista relativamente a esta matéria.

Aquilo que foi dito, escrito e respondido em campanha eleitoral existe, está escrito, está registado e não vou negar. Se existir efetivamente essas condições e estiverem reunidas que não passem os carros do Outão para a frente. Não tem problema nenhum, assumo isso Sra. Presidente, estou consigo nessa medida, mas neste momento não estão reunidas essas condições, por isso não entendo tecnicamente o porquê de não deixar passar da Figueirinha para o Creiro, já que se deixa passar até Figueirinha. É um troço de 1Km ou 2Km, porquê? Não se entende, é só por isso.

Senhora Presidente, se entender que se deve cortar totalmente o trânsito para as praias e que haja efetivamente transportes públicos gratuitos ou com valores que possam ser assumidos pelas carteiras dos setubalenses e dos azeitonenses, estou com a senhora nessa medida, o Partido Socialista acompanha-a nessa medida.

Portanto, não é só o CDS e o PSD, embora isso não preocupe nada o PS, nós somos divergentes naquilo que são as políticas locais, não me preocupa que a senhora faça essa distinção e agora tenha dois parceiros que são parceiros na democracia, é normal que assim aconteça. Não me preocupa que tenha deixado de fora o Partido Socialista, não pode é dizer que o Partido Socialista não defende, com argumentos válidos, sérios, aquilo que são as nossas razões e as razões de muitos setubalenses.

Nós também estamos preocupados com o desordenamento no estacionamento das praias da Figueirinha e acompanhamos a senhora nessa preocupação. Estamos preocupados se houver um incêndio, se houver uma catástrofe, estamos preocupados sim e acompanhamos a Sra. Presidente nessas preocupações. Em todas as preocupações que a senhora tem nós também acompanhamos, todas.

Não retiro uma palavra ao que estou aqui a dizer. Em todas estou consigo, ao seu lado se for necessário defende-las.

Agora, há questões que me levantam algumas dúvidas e escrevi, aliás a senhora já tinha ouvido esta minha posição, porque fui eu que defendi na última reunião de câmara, não é nada de novo, limitei-me a transcrever para o jornal que pediu a minha opinião. Assumo aquilo que disse aqui e aquilo que escrevi, é a mesmíssima coisa. Não sei qual é a dúvida?

Se estiverem reunidas aquelas condições que defendi na campanha eleitoral, que se corte eu estou com a senhora.

Sr. Vice-Presidente – Esta discussão também é importante, em certo sentido é quase ou tão importante como a questão de há pouco do Pinhal de Negreiros, porque há também aqui questões de segurança das pessoas e de elevadíssimo risco.

Agora é bom separar esta matéria, estas soluções para eliminar estes riscos e permitir a todas as pessoas que utilizem as praias em segurança. É bom separar o tema do nervosismo do cidadão Fernando Paulino.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não estou nervoso, eu defendo com convicção aquilo que são...

Sr. Vice-Presidente – Então defende com convicção, mas na minha perceção está a defendê-lo nervosamente. Ia-lhe dizer que se está nervoso...

Sr. Vereador Fernando Paulino – Isso dito pelo Sr. Vereador ou dito pela Sra. Presidente dá vontade de rir a quem acompanha as reuniões de câmara há dois mandatos, mas tudo bem.

Sra. Presidente da Câmara – Ó senhor Vereador, está nervoso, mas não interrompa agora.

Sr. Vice-Presidente – Se está nervoso por isso, humanamente lhe digo, que tem toda a razão para estar nervoso, caramba. Porquê? Porque na campanha eleitoral defendeu certas medidas e agora não as acompanha, ou seja, aquela representação da população que votou no Partido Socialista não está coerentemente representada nas suas posições em sede de campanha e agora tem razão para estar nervoso.

Subjetivamente o senhor poderá sempre dizer que não estão cumpridos aqueles requisitos, aquelas condições que imaginava, mas há uma delas que foi a única que o senhor mencionou e que sublinhou que são os transportes a baixo custo que até são a custo zero. Aquele troço, em que se interrompe a circulação automóvel, é permitido a passagem das pessoas em autocarros que vão ser disponibilizados sem custo. Quer mais barato?

No troço em que se impede a circulação de veículos ligeiros, coloca-se a circulação das pessoas em autocarro a custo zero. O senhor nem isso tinha proposto, quer mais barato? O senhor propunha a interdição de circulação a partir do Outão, fazemo-lo a partir da Figueirinha até ao Creiro, um troço muito menor, sem custos para o utilizador, para os utentes que chegando ali não podem utilizar o seu carro, então a autarquia coloca-lhe autocarros à disposição sem cobrar nada e o senhor diz que não estão satisfeitas as condições? Agora, não é razão para nos enervarmos com isto.

Não podemos é cumprir uma coisa que o senhor alega neste artigo *“há um histórico que não se cumpre”*. Não! Esta é uma das situações em que a rutura com o histórico tem de ser feita e por isso é que ela dura e é sujeita a várias opiniões e há uma certa exploração da opinião pública. Se conseguirmos consensualizar, foi muito bem-feita aquela destrinça que a Presidente fez, agora deixe-me dizer o porquê para você também perceber.

Houve críticas e houve prevenções e estamos unânimes nas prevenções dos riscos, o CDS fez propostas, houve aqui algumas recomendações e os senhores fazem crítica, mesmo querendo dizer que estão de acordo com o diagnóstico da prevenção do risco, mas adotam uma posição crítica e o senhor acabou de fazer uma espécie de apelo à manifestação das toalhas de praia no dia 10 de junho. Foi o senhor que o fez. Nem é iniciativa sua, creio eu, ou do Partido Socialista, mas acabou de o fazer.

Está a carrilar argumentos no plano, não estou a ser seca, a intervenção foi sua não foi minha, o senhor é que mencionou isso. Está a carrilar argumentos no plano da disputa partidária e o caso tem de ser colocado no plano das soluções para a segurança dos utentes das praias.

4

Quanto à questão do plano político dou-lhe outra nota crítica para a sua intervenção, está a politizar isto, porque é que o senhor põe aqui em título “Pela democratização”?

Sr. Vereador Fernando Paulino – Está no plano.

Sr. Vice-Presidente – Entre aspas? Com a democratização queremos garantir o acesso de todos em segurança, o sentido do seu artigo na democratização é que você quer o acesso de todos, retirando das condições, que fazem um filtro, aqueles riscos que nós queremos eliminar. É preciso um pouco de coerência nisto.

Se somos unânimes em reconhecer os riscos, não podemos aproveitar aquilo que até pode ser dúvida na medida mais certa, até no troço, ou até na distância, ou até nos horários. No início da sua intervenção há pouco a primeira pergunta que fez foi se já tínhamos os resultados da análise e a avaliação do resultado disto. Só o senhor é que não notou que o tempo não está adequado para a praia, só o senhor é que não notou que ainda houve oportunidade para verificar se as coisas funcionam ou não. Ainda não houve afluxo às praias, estava a brincar com o assunto ou estava a brincar connosco? O assunto é sério e devemos tratá-lo em termos de soluções e da nossa parte vamos afinar as melhores medidas.

Há cinco pontos de partida de transportes coletivos e quando estamos a optar pela substituição do automóvel ligeiro por transportes coletivos, estamos a oferecer cinco soluções de partida e chegada em transporte coletivo. É uma rutura com o passado, nunca se tinha feito.

Impedimentos físicos num troço principal de grande risco é uma rutura com o passado, também nunca se tinha feito. O impedimento no troço entre a Figueirinha e o Creiro, ou se fazem impedimentos físicos em toda a Estrada 379-1, porque se não se fizer todos irão estacionar como era habitual, nos dois lados da Estrada. Não há dúvida sequer nisso e nesse troço as pessoas já estacionavam, contra o Código da Estrada, em cima do traço contínuo dos dois lados. Aí, julgo, que até nem há traço contínuo, e é fácil de ver que se chegava mais para a frente todo o risco de catástrofe que estava agora até à Figueirinha, daí o impedimento de circulação automóvel, mas oferecendo a circulação gratuita em autocarro. Isto não é relevante? Não vai ao encontro das suas condições?

Se quisermos discutir seriamente temos que ter a aproximação das condições, que todos diagnosticamos, que sejam necessárias. Agora que se critique coisas que sejam alternativas. Dêem-nos as alternativas, não pagar, já está aqui posta, igualar o preço de um ou outro, e o senhor acaba por achar que é democrático, como algumas pessoas já nos têm dito ou têm dito publicamente, que só é democrático se ninguém pagar nada. Se ninguém pagar nada, a utilização privilegiada de um espaço público só para as pessoas que primeiro chega, primeiro se avia, quem chegar primeiro põe lá o carro, quem chegar às 7h00 pode lá estar o dia todo, isso é que é ser democrático?

Não nos podemos esquecer que há uma função do tarifamento do estacionamento, que é se calhar uma das mais importantes, que é a rotatividade, que é permitir a utilização por mais pessoas do mesmo espaço que é escasso.

O senhor está a dizer que é caro, mas se lá puser o seu carro, mesmo naqueles dias mais caro, a pagar seis ou sete euros ou pagar nove euros num domingo, se calhar, o senhor é capaz de dirigir-se à praia e paga 10€ por um toldo ou mais. Aquelas condições de estacionamento à beira da praia têm em quais praias, diga-me lá? É em Sesimbra, são nas praias da Caparica, são nas praias do Alentejo, é na Troia, é onde? Parque de estacionamento à beira da praia, sai do estacionamento e entra na praia, isso não é uma situação privilegiada que justifique um custo de fruição? É criticável isso? Para além de não falar na questão do investimento que o município está a fazer naquela zona toda, requalificação que já está a começar assim que aquilo chegou às mãos município.

Assim que chegou às mãos da câmara, com este protocolo que a Sra. Presidente falou, tem-se estado a requalificar, quer o estacionamento, quer a Albarquel, tudo está em requalificação.

4

Não há reconhecimento do mérito desta intervenção? Como é que é possível não ver o mérito desta intervenção? Como é que é possível? Não se ria.

Agora pergunto eu, o senhor está a olhar para onde quando não reconhece o mérito desta intervenção? Claro que daqui a um ano o senhor vai dizer "Bem feito, aquilo foi bem feito. Sim senhor, Setúbal está a melhorar." Nós gostávamos, a favor do crédito de todos os eleitos perante a população que representam, independentemente das forças políticas, que nos acompanhassem nas decisões, cujo benefício para a população é óbvio e até a seu favor.

Agradecia que tivessem uma observação sobre isto mais objetiva, menos nervosa e mais concreta, até quando tivermos que emendar à mão, emendamos, mesmo que os senhores queiram reservar uma posição, já que foram os críticos de início, e dizerem "podemos dizer que corrigiram aqui ou ali, porque nós nos opusemos, nós é que dissemos e nós é que arranjam a solução". Conheço essas posições, conhecemos todos. Julgo que não é o momento para o fazer, não há necessidade para o fazer e se soubermos olhar para aquilo que é a formação da opinião pública em relação ao crédito que dão aos partidos políticos, é muito por aí, pela veracidade das posições que assumem e as pessoas sabem em quem votam, porque corretamente representam ou fazem valer aquilo que julgam seriamente serem os interesses da população.

Não é, no momento da campanha uma coisa e no momento de execução para arranjar uma posição crítica, dizemos outra. Aí é difícil e convidava a acompanhar-nos nas soluções e, se for necessário, na sua correção.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não fiz nenhum apelo à manifestação. Tenho direito, como cidadão livre, como munícipe desta cidade de ir ou não ir. Digo já aqui que não vou por nenhuma razão especial, não tenho que a explicar, mas não vou. Não fiz apelo e acho que as coisas não se resolvem desta forma, mas respeito quem entende que se deva manifestar por discordar das posições da Câmara Municipal.

Senhor vereador, não estou nervoso, não tenho motivo nenhum para estar nervoso, sou uma pessoa que cumpre com convicções, sempre fiz isso, e quem me conhece, o senhor conhece-me, respeito a opinião de toda a gente, sou uma pessoa que luta pelos interesses dos munícipes da minha cidade. Sou autarca há muitos anos, não preciso que me reconheçam méritos, porque não estou aqui para isso, mas não brinco com coisas sérias, digo o que sinto e digo nas alturas e nos sítios onde acho que devo dizer, e como sou vereador é aqui que as digo.

É um artigo de opinião, assino o artigo de opinião, aquilo que está lá foi escrito por mim e assumo tudo o que disse. Respondi às perguntas em campanha eleitoral que me fizeram, e os pressupostos que defendia para essas medidas não estão reunidos nesta altura, por isso é que disse que o histórico, e Deus queira Sra. Presidente, espero bem que a senhora consiga, que este executivo consiga implementar todas as medidas para que seja possível usufruirmos todos da Praia da Figueirinha e das praias da Arrábida em segurança e que os meios que sejam postos à descrição da população sejam os suficientes para podermos usufruir das praias.

Tenho dúvidas, e esta é uma dúvida minha, pelo histórico que conheço e que todos conhecemos do que são os transportes públicos em Setúbal, pela sua qualidade e pela sua frequência. Se a Câmara Municipal conseguir fazer melhor. Quando fizer um balanço efetivo a meio do verão, no final do verão, venho aqui numa reunião de câmara e digo que estava errado, e ainda bem que estava, a Câmara Municipal conseguiu e as medidas tinham que ser tomadas e foram tomadas a bem da população. Estou cá para isso e não me custa fazer esse exercício, se custa a alguém, a mim não me custará dizer que estava errado e dar a mão à palmatória. Estou aqui sem qualquer interesse, a não ser defender os interesses dos setubalenses e dos azeitonenses.

Sr. Vereador Pedro Pina – O senhor vereador está, de facto, nervoso e está nervoso a tal ponto que precise de recorrer a uma tática que, independentemente dos anos que leva como autarca, como dirigente associativo e das mais diferentes formas de participação cívica, tem

4

sempre necessidade de evocar, que é, enfim, uma tática que creio que é passadista e como refere na sua frase final do seu artigo, tem a ver com liberdade.

O senhor vereador, se o senhor quer falar de liberdade, sobretudo tem de respeitar as pessoas. O senhor tem alguma questão de princípio que não consigo compreender, que é o ter que recorrer às praias que vai, às ruas que conhece, aos sítios onde vem, é um problema crónico que o senhor vereador tem, mas digo-lhe, desde já, que tem que o superar. É um problema que tem que superar, aliás, gostava de lhe perguntar se já teve a possibilidade, uma vez que o tempo está mau, de ir ao dito parque de estacionamento que quis evocar aqui na última reunião de câmara, na Costa da Caparica? O senhor quis evocar algo que nem sequer conhece.

O senhor reconheceu e está escrito na ata, o senhor até reconheceu que evocou uma referência para dar exemplo, por comparação àquilo que nós aqui em Setúbal tomámos em consideração, e foi buscar um exemplo que desconhece, aliás, assumiu que não conhece, porque nunca lá tinha estado, porque se o conhecesse nunca poderia evocar uma coisa que é de terceiro mundo, que tem as dificuldades que tem.

Quero responder à sua questão, já fui muitas vezes à praia de Galapos, de Galapinhos, da Figueirinha, como já fui muitas vezes à praia do Rei e da Rainha, conheço muito bem. Até já fui a correr, já fui de bicicleta, já fui de carro, nunca fui de mota e também nunca fui de tuck-tuck, que é, de facto, uma proposta que o senhor faz.

O seu problema é o problema que foi aqui evidenciado, enquanto candidato à Câmara Municipal de Setúbal nas últimas eleições autárquicas, o senhor assumiu perante toda a população um conjunto de pressupostos e agora vem dizer "se os pressupostos", que é uma velha tática política, "se os pressupostos estivessem reunidos", o senhor como candidato acha que tinha mais condições para conseguir esses pressupostos do que este executivo municipal? Tinha mais facilidade em conseguir as questões dos TST? Era porquê, por causa do seu Governo que tinha facilidade?

Então olhe senhor vereador, o senhor que é tão ocupado em demonstrar-se disponível faça lá o seu trabalho junto do seu Governo para facilitar isso, em vez de estar a dizer que na condição de candidato, ou numa outra condição, conseguiria aquilo que tem dúvidas que esta câmara e este executivo municipal consiga. Isso é que seria um bom exemplo para quem quer contribuir para a resolução dos problemas de todos os setubalenses e de todos os azeitonenses.

Portanto, a máscara caiu e foi a máscara de alguém que fez um conjunto de afirmações, no quadro da campanha política, tentando responder de uma forma teórica aos problemas e hoje quando é confrontado, aliás, já foi dito aqui de uma forma muito simples, dizendo que as divergências existem, há questões que as pessoas não concordam, mas que há uma coisa que é inevitável reconhecer, e o que é inevitável reconhecer é a iniciativa que este executivo municipal teve para tentar resolver um problema que é complexo, mas que tomámos a iniciativa de o resolver.

Não andamos aqui a tentar retirar dividendos de questões que podem, enfim, encontrar soluções mais ou menos boas, mas que acima de tudo há uma iniciativa para resolver um problema, dando uma enorme dignidade no acesso e na qualidade desse acesso às praias deste município.

Essa é uma questão essencial da qual os senhores não têm coragem para o assumir e tentam aqui encontrar subterfúgios para as questões essenciais.

E, sim, caiu a máscara daquilo que foram as suas afirmações e as suas propostas perante o que hoje é dito pelo Partido Socialista e por si, quer nas reuniões de câmara, quer numa discussão pública, quer nos artigos que escreve.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Só para acabar esta discussão, Sra. Presidente, se me permite.

Sra. Presidente da Câmara – A vereadora Carla ainda vai falar acerca disso, veja lá se quer falar depois.



Sr. Vereador Fernando Paulino - Não vou falar mais sobre este assunto, até por respeito ao público que tem assuntos certamente mais importantes para colocar nesta reunião de câmara.

Quanto às praias da Caparica, praias que os seus camaradas que tiveram à frente da Câmara Municipal de Almada, durante anos, irão gostar de saber que são praias do terceiro mundo, os estacionamento do terceiro mundo, e que eu não considero. Referi-me apenas aos valores de estacionamento de um euro por dia. Era o que se paga nas praias da Caparica e do Meco, referi-me só aos valores não me referi às condições, obviamente que ficarei satisfeito com as condições do parque da Figueirinha se forem alteradas.

Não fique nervoso senhor vereador, agora está sempre a interromper, não interrompa senhor vereador.

Minta? Não minta? Senhora Presidente ponha ordem no seu vereador, porque não estou a mentir, estou a dizer o que disse na última reunião de câmara, referi-me a valores de estacionamento e a senhora sabe. Não é mentir, não estou a mentir.

Referi-me ao valor de estacionamento e a Sra. Presidente sabe. Um euro por dia é quanto se paga nesses estacionamentos. No Creiro eram três euros por dia, agora aumentou para quarto, e foi isso que nós defendemos, ou não pagar ou os valores praticados nos estacionamentos do Creiro serem como os do Meco ou da Caparica, um euro por dia. É só para ficar em ata.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Muito rapidamente e só porque foram referidas duas situações que são um bocadinho incompatíveis.

O vereador Fernando Paulino, por três vezes, disse *“não se pode brincar com coisas sérias”* e julgo que este argumento não deve ser usado nesta reunião de câmara, porque cada um de nós que está aqui eleito, com certeza, que não está aqui para brincar com assuntos sérios. Não estará o PS, não estará a CDU, não estará o PCP, não estará ninguém, nem as pessoas que vêm aqui assistir. Ninguém está aqui para brincar com coisas sérias e dizer isto três vezes é um bocadinho incompatível com a questão da responsabilidade.

E a responsabilidade...

Ó vereador desculpe lá, mas nunca o interrompi, não sou incorreta com ninguém e penso que quando estamos aqui a expressar a nossa opinião também temos que ser respeitados e muitas vezes quando alguém está a falar na reunião de câmara os outros membros não têm esta hombridade. Peço desculpa, mas vou ser muito rápida.

Para mim a questão da responsabilidade está patente no agrupamento de todas as entidades que, em conjunto com a Câmara Municipal, abraçaram este projeto de resolver de uma vez por todas estas questões. Mas não basta ter boas intenções, porque só com boas intenções nós não conseguimos levar o projeto para a frente, temos que ter medidas, temos que ter ação e é isto que a Câmara Municipal, numa forma de liderança, está a fazer, porque era um processo em que não havia liderança.

Como o senhor sabe, isto não era responsabilidade da câmara e a câmara teve a coragem de se chegar à frente em conjunto com uma série de entidades, num assunto que é muito importante para o concelho, e não há uma entidade que esteja em oposição a isto e temos que ter isso em consideração.

Temos que fazer alguma coisa, mas depois tudo o que se faz não está bem e não são dadas opções e ações que sejam operacionais para resolver o problema. Do meu ponto de vista, também não está a ajudar a resolver o problema, está a criar esta confusão toda à volta de um problema que é realmente muito sério e que é uma questão de responsabilidade.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Deixei-me para o fim, porque acho que não vou contradizer ninguém.

Em primeiro lugar, parceria com a CDU ou parceiro, nem tanto ó mar e nem tanto à terra. Já me conhecem um bocadinho, nem tanto ao mar e nem tanto à terra, que neste caso até se aplica bem.

Há aqui um ponto que acho que é fundamental e não queria deixar de voltar a referir e aqui falo da minha própria experiência, não só como presidente da Concelhia de Setúbal do PSD, mas também como experiência profissional, naquilo que é o meu conhecimento de outros locais e não só em Portugal.

É crucial encontrar um caminho, um rumo neste caminho que se vai percorrer nesta adaptação, nestas alterações, do que é preciso fazer para alterar o acesso à praia, porque todos convergem no mesmo ponto, é preciso alterar o acesso à praia. Como acontecia não era possível e é fundamental que seja valorizado o que é a posição do município de Setúbal. Esse ponto de vista que menciono tem a ver até com exemplos que encontramos em todo o lado, desde sítios como o Dubai, em que não tem petróleo, mas as pessoas que lá vivem têm condições fantásticas, porque é um excelente projeto imobiliário, ou outros locais onde as pessoas dizem *“Quem me dera a mim viver ali”*.

Acho que é importante criar um fator de diferenciação para os municípios de Setúbal. Não é fácil, não é de uma só vez, não estou a dizer no primeiro ano, mas esse caminho é o que valoriza as pessoas que vivem em Setúbal, ou porque elas próprias sentem-se diferenciadas e têm mais facilidade de acesso a essa qualidade de vida, que são as praias. Ou porque, efetivamente, aquilo que é a sua casa, a sua habitação, a sua condição de município de Setúbal, tem mais valor comparativamente a outros locais.

Atenção, isto não acontece nos outros sítios, não acontece nos outros lugares que aqui foram mencionados, mas acontece noutros locais que não foram aqui mencionados.

Esse rumo, e era disso que eu falava um pouco no início, é crucial e tenho a certeza que todos o querem, porque esse é o ponto que mais aqui se fala, agora não é fácil, como é evidente, não é fácil.

Esse ponto é o ponto que mais me interessa em tudo isto, porque se formos falar em concreto e em detalhe, temos que falar da marginal, que até uma vez aqui já falámos, daquela tira de território que está entregue à APSS, que não faz sentido nenhum, e que era uma excelente componente para ajudar na mobilidade às praias com sucesso, com bom estacionamento, com pontões para os barcos-táxis...

Podíamos estar aqui o dia inteiro e temas onde todos nós estamos de acordo, mas é crucial marcar este ponto, que creio que todos nós temos essa vontade.

Há uma valorização do nosso património e que essa valorização chegue aos municípios de Setúbal. Todos nós o queremos, com certeza, e isso é o meu ponto, é o meu foco.

Desculpe tomar este tempo final, mas não queria de deixar de o dizer.

Sra. Presidente da Câmara –Continuamos sem definição clara do Partido Socialista e também não vamos ter agora.

Não volte ao ponto zero, porque o que disse agora não disse na altura. Na altura, achava que isto era resolúvel com medidas que, por acaso, são coincidentes com aquelas que nós estamos a tomar, isso disse na campanha eleitoral, e aqui no Setubalense, no último parágrafo, *“que não estão ou nunca estarão reunidas”*, nós vamos ver se não estão reunidas. Já agora dizer que continua a não estar de acordo com o fecho entre a Figueirinha e o Creio, só quero saber quem é que tomava conta daquele troço.

Ó senhor vereador, está a brincar comigo? Tem que dizer ao seu partido, depois são os problemas de estar no Governo, de estar no governo local ou no governo central, são as coisas que não se fizeram, as coisas que se prometeram e nós depois aqui temos que rebater.

Sabe o que é que o seu partido fez em relação à segurança? Por exemplo, acho que foram 36 efetivos da PSP para aqui, e sabe quantos tirou? Tirou 32. Está a brincar connosco? Efetivos da PSP, porque efetivos da GNR não vieram quase nenhuns.

Sabe quantos efetivos da GNR temos para tomar conta, só nas pontas, ponta Creiro e para o acesso ao Portinho e ponta aqui junto à Figueirinha? São quatro ou cinco. Sabe como é que tem que funcionar senhor vereador? Com gratificados. Vergonha, vergonha para o Partido Socialista. Gratificados, para garantirmos a segurança das pessoas temos que funcionar com gratificados, porque o Governo não tem forças de segurança suficientes para garantirem até

as pontas e nós temos que pagar horas para esses agentes ali estarem e garantirmos o fecho daquilo. Sabe quantas pessoas teriam que estar num troço de 3Km para assegurar que o carro passa e quem lá vem não dizer *"Vou só parar um bocadinho para ver a vista, mas já agora aquilo está tão bonito lá em baixo vamos lá molhar o pezinho"* e depois vem outro que também vai molhar o pezinho e daí a um bocadinho está tudo cheio de carros, e tinham que ser 10, 15, 20 agentes ali. E como é que era? Mesmo que quiséssemos pagar os gratificados não há agentes e é melhor nem dizer nada e perguntar ao nosso Governo, o que é que acontece, o que é que está a acontecer? Essa é uma questão.

A outra questão, é que os vaivéns estão a ser uma benesse do município, porque o autocarro dos TST funcionou o ano passado, a sair dos TST ou a sair do Alegro (só haviam dois pontos do Alegro e dos TST e da Porta da Casa da Baía para as praias) já eram 4,10€, qual é a dúvida? Onde é que está o aumento? Onde é que está a demagogia? Já eram 4,10€ e quem fixa o valor do título de transporte é o IMT, não é a Câmara Municipal de Setúbal.

A partir da Secil é 1,00€, salvo erro, e já era o ano passado, já era há dois anos e já era há três anos, porque a distância a percorrer é muito menor e é o IMT que diz que é um euro e a partir dali 4,10€. Esse valor vai ajudar a que a Câmara Municipal, além de fazer as obras e algumas que já foram feitas (desde a ETAR à Estação de Tratamento que está a começar a fazer-se, desde o pontão que vai ser feito no Portinho da Arrábida para alguns barcos ali acostarem) tudo isso é um milhão de euros. Se nós arrecadarmos cerca de 50 mil euros com os estacionamento será muito.

Sabe quantos anos é preciso para reaver um milhão de euros, que é o valor que estamos a investir agora nas praias? Muitos anos. É como o António Guterres disse, é fazer as contas. Muitos anos. Não é com esse dinheiro que, de certeza, se vai pagar os investimentos das ETAR's, do abastecimento de água que está a ser feito, de passeios, de passadiços, do miradouro, tudo isso é cerca de um milhão de euros.

Nunca ninguém se preocupou com as concessões, em estarem a deitar a porcaria para a areia, nunca ouvi aqui o Partido Socialista e ninguém preocupado com isso. Vocês tiveram cá no poder e nunca trataram de transportes, de limpeza das praias, nem de nada disso, não eram nossas. Tudo caladinho em relação a isso.

Já estamos a subsidiar os vaivéns, porque os vaivéns não são de borla, a empresa de transporte não nos vai oferecer aquilo, temos que pagar os vaivéns. A possibilidade para as pessoas irem à praia de Galapinhos, de Galapos e até lá abaixo é pago, as pessoas é que não pagam, mas nós estamos a substituímos aos utentes e temos que pagar, temos que fazer as contas com a empresa transportadora e temos que pagar aqueles vaivéns.

Já agora dizer mais uma coisinha, não se ouviu grande contestação em relação à Atlantic Ferries, mas o executivo da CDU fez uma grande contestação contra os bilhetes da Atlantic Ferries e mais, eu reuni com a Entidade Regional de Turismo, com a Sra. Secretária de Estado para dizer que queríamos que fosse revista a concessão do jogo do Casino, da divisão do dinheiro do Casino de Troia, porque num raio, salvo erro, de 50 quilómetros todos os municípios que estejam à volta dos casinos têm uma comparticipação da divisão das receitas do jogo.

O Município de Setúbal, na altura liderado pelo Partido Socialista, não quis assinar, foi-me dito na Secretaria de Estado do Turismo, com o contrato de concessão na minha mão. O Município de Setúbal não quis assinar a concessão do Casino, porque, segundo Mata Cáceres, o Casino de Troia nunca se iria construir e também não aquecia e nem arrefecia. Se não se construísse estava lá assinado, se construísse podia ser que algum dia se tirasse dividendos disso, mas hoje não tiramos dividendos disso, porque o Partido Socialista disse que aquilo não era para assinar, só quem assinou foi Grândola, que está lá no seu território e tem a receita do jogo para pagar as infraestruturas de Troia. O Município de Setúbal não tem dinheiro nenhum, porque o PS não quis assinar.

Pedi à Secretaria de Estado para se fazer uma revogação daquele contrato de concessão de modo a entrar o Município de Setúbal para que o dinheiro que coubesse ao Município de Setúbal fosse entregue à Atlantic Ferries para baixar os preços dos barcos para Troia, o que nunca foi feito.

O Governo disse que era viável fazer uma revogação, uma alteração do contrato, e ainda tínhamos o nosso companheiro, Carlos Beato, como presidente e é evidente que não ficou satisfeito, porque iria tirar uma parcela ao seu rendimento, mas era o entendimento do Município de Grândola e era o de Setúbal, mas o Governo não fez nada e disse que isso se podia fazer.

Era para baixar os bilhetes dos ferries para Troia, mas não vi aqui ninguém lutar por isso e nada não foi feito.

Em relação às praias terceiro-mundistas de Almada, quero relembrar... São, são palavras suas também, porque também as disse ainda há pouco.

Como sabe, as praias não são da gestão dos municípios, a menos que os municípios assim o requeiram, que foi o que aconteceu connosco e com outros municípios por essa costa fora. Alguns municípios também têm a gestão das praias e espero bem que o Governo do Partido Socialista em Almada requeira também a gestão das praias para ver se elas ficam menos terceiro-mundistas.

Finalmente outra questão um bocadinho aborrecida, não gostaria de ler esta declaração na ausência do vereador Paulo Lopes, mas se for mais para a frente ela perde oportunidade e fica extemporânea e, com certeza, que o vereador Paulo Lopes dará resposta, se entender fazê-lo, na próxima reunião.

Na reunião anterior, o vereador Paulo Lopes apresentou aqui, como uma vítima, em relação a declarações que o vereador fez alegando que o executivo municipal tinha utilizado os descontos da ADSE, dos trabalhadores da câmara, para pagar despesas de funcionamento, para pagar a fornecedores, etc., etc. Ficámos muito ofendidos, como não podia deixar de ser, e pusemos uma ação em Tribunal para que isso fosse aclarado.

O senhor Vereador disse aqui, com alguma satisfação, de que o processo tinha sido arquivado, depois tinha havido a abertura de instrução e foi novamente arquivado, mas gostava de dizer que o processo não foi arquivado exatamente, porque o senhor vereador não foi ganhador do que quer que seja, foi arquivado, porque foi entendido pelo juiz que remeteu este tipo de questões para o setor político. De qualquer modo há aqui alguns considerandos no processo que acho que têm de ser públicos.

O vereador Paulo Lopes, eleito pelo Partido Socialista neste executivo municipal e Presidente da Comissão Política Concelhia de Setúbal deste partido, fez na última reunião de câmara uma referência ao despacho de não pronúncia e arquivamento do processo judicial que interpus contra ele, por ser o responsável de um comunicado desta estrutura partidária em que se afirmava que o Município de Setúbal, passo a citar, *“Tinha em 2015 uma dívida de quase 2 milhões e meio de euros à ADSE, que pretende regularizar em 61 suaves prestações mensais, situação classificada grave, porque os valores que o município deve à ADSE são os descontos dos seus trabalhadores.*

A Câmara Municipal de Setúbal reteve indevidamente 2 milhões e meio, descontados pelos trabalhadores, para fazer gestão de tesouraria.”, acabei de citar.

Recordo que tais afirmações são falsas e embora os tribunais se tenham pronunciado pela não pronúncia, não é pela absolvição, pela não pronúncia dos autores de tais afirmações falsas e pelo arquivamento do processo, importa afirmar que tal não é sinónimo de inocência, nem de culpabilidade. A não pronúncia significa, tão só, que o senhor juiz entendeu não levar o autor de tais afirmações a julgamento, porque considera não haver, no caso em apreço, qualquer ilícito criminal com a total legitimidade jurídica que lhe é conferida pela lei e pelo cargo que ocupo. Contudo e porque o comunicado em causa veiculou uma mentira, é importante retirar ilações políticas deste caso em particular, porque o Tribunal entende que a questão em causa tem apenas consequências políticas e não jurídicas, não se podendo considerar que está em causa um crime de difamação.

A principal ilação política a retirar deste caso é que o Sr. Vereador Paulo Lopes mentiu clara e inequivocamente quando subscreveu um comunicado em que afirmava ter a Câmara Municipal de Setúbal retido indevidamente os descontos dos seus trabalhadores para a ADSE.

O senhor juiz, que apreciou o caso, reconhece que de uma mentira se tratava ao escrever no despacho de não pronúncia e arquivamento que, passo a citar *“Os documentos juntos aos autos comprovam ter o arguido (neste caso o vereador Paulo Lopes) efetivamente sido o responsável por afirmações que também inequivocamente não correspondem à verdade.”*, acabei de citar.

O juiz vai mais longe ao escrever neste despacho que *“Devemos aceitar como incontroversa e repetidamente invocada a gravidade das mesmas afirmações, sublinha-se específico sentido de que, para além de não serem inócuas, se referem a factos que porbabilisticamente suscitam junto da comunidade em geral forte impacto e também nessa medida constituem forte relevância social e necessariamente, em resultado de política.”*, acabei de citar.

A questão, porém, continua e *“O despacho cumpre judicialmente apreciar se as afirmações em causa, sendo falsas como é reconhecido neste momento, encerram em si algum grau ou tipo de ilicitude, porquanto se constatou não corresponderem à verdade. Conclui-se assim que, ficou por terminado ter o arguido agido com dolo ou má fé.”*, acabei de citar.

Resta uma questão que, até à data, continua por resolver, embora o senhor vereador tenha feito questão de comunicar neste mesmo fórum que não foi pronunciado e que o processo foi arquivado, facto que reconhecemos e respeitamos é que, perante o facto de até judicialmente ser reconhecido que Paulo Lopes mentiu nesta questão da ADSE, não foi ainda apresentado, como se exige, política e eticamente, qualquer pedido de desculpa pela mentira grosseira e politicamente e veda de má fé, que constitui o comunicado subscrito pelo Presidente da Comissão Política Concelhia setubalense e vereador do PS.

A não ser apresentado tal pedido de desculpa, seremos forçados a concluir que o vereador e o PS setubalense fazem da mentira e da má-fé políticas, um instrumento que apenas visa alcançar, custe o que custar, objetivos que com verdade são incapazes de conquistar. Aguardamos, pois, pelo pedido de desculpas, que nos é devido pela mentira, que o senhor vereador Paulo Lopes entendeu veicular em 2006 num comunicado sobre os pagamentos municipais à ADSE.

É só para ficar em ata, porque ficou aqui uma declaração do vereador na última reunião de câmara e eu queria que nesta reunião, já a seguir, depois de ler o despacho do Tribunal houvesse alguma resposta. Se o senhor vereador entender, responde.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o voto de pesar pelo falecimento de Benjamim Carvalho, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 10:

“A Câmara Municipal de Setúbal, manifesta profundo pesar pelo falecimento a 27 de maio de 2018, de Benjamim Carvalho, um exemplo e uma referência de militância cívica em Setúbal e na sua terra Natal.

Benjamin Nunes Leitão Carvalho nasceu a 5 de janeiro de 1943, na aldeia de Alcafozes, filho de um casal remedido, (como era seu costume dizer).

Foi um dos elementos Fundadores em 1974/75 do Partido Socialista em Setúbal um defensor dos direitos dos trabalhadores, pela via do Sindicalismo e um acérrimo defensor dos direitos das pessoas com deficiência.

Com a idade de 13 anos, partiu da sua aldeia natal em direção à grande metrópole, Lisboa, tendo começado a trabalhar numa mercearia como moço de recados.

Em 1957, com idade de 14 anos, inscreveu-se na Escola Comercial D. Maria, no ensino noturno, tende-se mudado para Cacilhas em 1959 e estabelecido em Almada em 1960.

Em 1964, apresentou-se para cumprir o serviço militar obrigatório no Batalhão de Caçadores nº 8 em Elvas, tendo sido colocado, depois de efetuar a recruta, no Batalhão de Caçadores nº 6 em Castelo Branco.

Em 1965 casou-se com Maria Emília Cabral Leitão, foi pai de duas filhas a Lina e a Maria Dulce.

Em 1966. Deixou a vida militar, tendo vindo para Setúbal trabalhar numa fábrica, a antiga Barreiros.

Em 1967 aderiu como socio do Sindicato dos Empregados de Escritório de Setúbal.

É pela mão de Zeca Afonso, que em 1969 trata do seu recenseamento eleitoral na Junta de Freguesia de São Sebastião, junta de freguesia com a qual viria a ter uma forte ligação política.

A pedido de vários moradores do bairro onde residia, Bairro da Azeda, em 1971 ajudou a formar o Grupo Desportivo Cultural e Recreativo da Azeda, tendo sido Presidente de Direção fomentando a prática do desporto assim como do incentivo à promoção da cultura na cidade.

Em 1973 foi eleito Presidente do Núcleo do setor metalúrgico dos empregados de escritório, onde participou no primeiro acordo coletivo de trabalho da Siderurgia Nacional, um dos primeiros acordos empresa a existir no Distrito e no País.

Em 1974 a 15 de março é eleito Presidente do Sindicato de Empregados de Escritório do Distrito de Setúbal tendo sido também eleito após o 25 de Abril de 1974, para a Comissão de Trabalhadores.

Em maio de 1974 é desafiado para membros do GAPS, Grupo de Partido Socialista, para formar uma comissão de moradores no Bairro da Azeda. Foi a primeira Comissão de moradores a existir em Setúbal.

A adesão ao Partido Socialista, viria a acontecer por via de convite de um amigo, e já militante participou em várias sessões de esclarecimento político partidário em todo o Distrito, tendo sido solicitado no início de 1975, a organizar o Setor do Trabalho no PS.

De 1975 a 1977, tempos quentes, exerceu a função de coordenador da Secção do PS da Portela de Setúbal, assim como, foi membro executivo da Federação de Setúbal.

Em 1976 – assumiu o lugar de Deputado na Assembleia da República.

Desde esta data inicia também um processo de presença assídua e interveniente nos Congressos Nacionais do Partido Socialista, desde o I Congresso, até ao último em que a sua saúde lhe permitiu estar presente em 2014, com a apresentação de moções sectoriais na defesa de políticas da Saúde, Justiça, Ambiente, Trabalho, Segurança Social e Direitos dos Cidadãos portadores de deficiência, esta era também uma imagem da tenacidade de Benjamin de Carvalho. Acaso do destino, faleceu na data em que se realizou o último Congresso do PS.

Em 1980, foi eleito Coordenador da UGT em Setúbal e em 1985 inicia o seu percurso de autarca, como candidato à Assembleia de Freguesia de S. Sebastião.

A partir de 1985, abraça uma nova causa, a da formação e educação, com a aprovação da lei que criou as Escolas Profissionais, inicia um processo que veio a dar origem à Escola Profissional António Sérgio, responsável pela formação de centenas de trabalhadores, tendo mais tarde sido integrada na Escola Profissional de Setúbal da Câmara Municipal.

Nos mandatos de 2001 e 2005, foi eleito deputado da Assembleia Municipal de Setúbal, conciliando sempre neste seu percurso, uma constante presença na Comissão das Festas da Nossa Senhora Loreto, na Santa Casa da Misericórdia da Alcafozes e na criação de um Centro de Dia na sua Terra Natal com quem mantinha uma forte relação, fez ainda parte dos órgãos sociais da Associação Socorros Mútuos Setubalense.

Pela sua militância cívica, pelo seu papel de luta pelos principais e valores em que acreditava, da liberdade, da justiça, do trabalho e pela defesa dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada e ao PS, Sentidos Pesamos.

A Câmara Municipal propõe ainda:

- a) Que seja solicitada à Comissão de Toponímia que delibere sobre a atribuição de um topónimo no Concelho, em especial na Freguesia de S. Sebastião, (Zona Azeda) com o nome de Benjamin Nunes Leitão Carvalho.*
- b) Que seja atribuída, a título póstumo, medalha da cidade, a Benjamin Nunes Leitão Carvalho."*

Sr. Vereador Nuno Carvalho –Tive a oportunidade de estar na mesma Assembleia Municipal que Benjamin Carvalho, aliás foi aí, creio eu, a minha primeira Assembleia Municipal.

Obviamente que não queria deixar de dar aqui uma palavra, pela estima que despertou em mim, estima e admiração enquanto pessoa e também pela sua postura política, respeito pela sua postura política.

Muitas foram as vezes que se proporcionaram aquelas conversas quando saímos da Assembleia Municipal e, de facto, o trato de Benjamin Carvalho era impecável e era uma pessoa muito humilde.

Não conhecia a história dele, mas na prática era feita a sua história, a sua experiência e os meus sentidos pêsames à sua família, ao Partido Socialista e naturalmente aos seus amigos. O que é certo é que, de facto, é garantido que todos nós perdemos isso, porque todos nós perdemos um pouco e o Município de Setúbal quando munícipes da sua categoria desaparecem, usando um eufemismo.

Sra. Presidente da Câmara – A CDU não apresentou um voto de pesar por estar totalmente de acordo com o voto de pesar do Partido Socialista e também subscreve integralmente esse voto de pesar.

No que me diz respeito, Benjamin Carvalho era muito mais do que um companheiro aqui desta jornada, era um homem de grande respeito pelos seus adversários, de grande consideração, de grande educação, uma pessoa muito bem formada que punha de uma forma muito positiva, sempre muito positiva, as questões que tinha para colocar. Sempre que não estava de acordo com alguma coisa, punha de uma forma muito elevada e era muito difícil a chicana política, a discussão política, a negatividade, o tratar mal a política, acho que ele era um político na verdadeira aceção da palavra, um político das pessoas que tratam com elevação aquilo que é diferente, porque ele era diferente de nós, do PSD, de quem fosse. Ele defendia com muita qualidade, com muito nível o seu partido e sabia com muito respeito sempre defender isso, de modo que os seus adversários também não nivelassem por baixo às vezes a discussão, ele não deixava que isso acontecesse, porque ele era o primeiro a fazer de uma forma elevada essa discussão.

Como ser humano, acho que era uma pessoa fantástica, ele não olhava para os outros pelo cartão, olhava para os outros pela afetividade, por aquilo que essa pessoa lhe dizia e tive a sorte de privar com ele de muito perto e termos ganho os dois laços de muita amizade, de muita proximidade, e, portanto, acho que também vou sentir muita saudade, já sinto muita saudade do Benjamin Carvalho.

Submetido a votação, foi o voto de pesar, aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sra. Presidente da Câmara – Podemos considerar por unanimidade o voto de pesar com tudo aquilo que ele contém, quer com o endereçar dos sentimentos à família, quer com a atribuição de um topónimo na zona da sua residência ou na freguesia da sua residência.

Já agora só mais uma informação ainda em relação à cobrança da Taxa Municipal de Proteção Civil, nós já tínhamos constatado que apareceram ainda em alguns recibos no mês de maio e em algumas empresas a referida taxa.

Reunimos com as Águas do Sado em relação a isto, a qual fez um ofício esclarecendo que, de acordo com a Câmara Municipal, as Águas do Sado cessaram o débito da Taxa Municipal da Proteção Civil a partir da data de limite do consumo de 28 de março. De qualquer modo e na sequência da referida carta dizem as Águas do Sado que, *“Analisámos as faturas que vos foram emitidas, nomeadamente em maio de 2018 e constatamos que os valores debitados, a título da taxa municipal de proteção civil, respeitam ao período de consumo entre a data da fatura anterior e a data de 28 de maio, não existindo qualquer erro na emissão.”* Quer dizer que aparece na data em maio, mas são coisas ainda que vêm de meses anteriores, são acertos de contas. Era só para dar este esclarecimento.

O outro esclarecimento é de que o nosso Parque TIR, no Bluebiz Parque, já está a funcionar, abriu no passado dia 1 de junho. Tínhamos muitos TIR's espalhados aqui pelo Monte Belo,

pela zona da Várzea, junto ao Alegro, que era muito mau para nós. Portanto, os TIR's já têm um parque que mandámos fazer no Bluebiz Parque e estamos a pagar uma renda para isso, e é um parque de estacionamento que é pago pelas empresas dos camiões, como é óbvio. Lá têm todas as condições, têm vigilância e têm casas de banho com balneários e há alguns motoristas que já tomam lá o seu banho.

O que assistíamos é que os camiões estavam todos distribuídos pela cidade e os camionistas, às vezes, tinham aqui graves dificuldades em fazer as necessidades e em terem condições de higiene, etc., além de que não era no meio da cidade que estes camiões deveriam estar.

É gratuito até dia 31 de agosto para que as empresas todas se apercebam onde é que é o parque, mas a partir de dia 31 de agosto, por cada dia, um camião destes pagará 2,60€ com direito a duche, etc. Há um pagamento mensal de cerca de 51 euros, que fica mais barato às empresas que o utilizarem.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

Índice

- A) *Período de Antes da Ordem do Dia***
 - 1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).***
 - 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.***
- B) *Período da Ordem do Dia***
 - 1. *Deliberação n.º 156/18 – Proposta n.º 07/2018 – GAP – Aquisição do Edifício EDP e correspondente abertura de financiamento através de leasing imobiliário.***
 - 2. *Deliberação n.º 157/18 – Proposta n.º 08/2018 – GAP – Contrato entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Helen Hamlyn Trust para a obra de recuperação do Forte de Albarquel – alteração.***
 - 3. *Deliberação n.º 158/18 – Proposta n.º 35/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração do substituto do responsável da Casa do Largo – Pousada da Juventude.***
 - 4. *Deliberação n.º 159/18 – Proposta n.º 36/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Aceitação de doação de parcela de terreno, com área de 269 400 m2, sita em Herdade de Santas, da freguesia de São Sebastião, feita pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.***
 - 5. *Deliberação n.º 160/18 – Proposta n.º 39/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e o Núcleo de Bicross de Setúbal.***
 - 6. *Deliberação n.º 161/18 – Proposta n.º 40/2018 – DAFRH/DIGEF – 7.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 6.ª do Plano de Atividades Municipais e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.***
 - 7. *Deliberação n.º 162/18 – Proposta n.º 14/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração ao Loteamento Municipal do Bairro do Grito do Povo – União de Freguesias de Setúbal.***
 - 8. *Deliberação n.º 163/18 – Proposta n.º 15/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de licenciamento de obras de ampliação das instalações tendo em vista a construção de piscina coberta – APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – Alto da Guerra – Quinta da Serralheira – Freguesia de São Sebastião.***
 - 9. *Deliberação n.º 164/18 – Proposta n.º 37/2018 – DAFRH/DIRH – 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2018.***

- 
10. *Deliberação n.º 165/18 – Proposta n.º 38/2018 – DAFRH/DIRH – Processo Disciplinar N.º 6/2018/DIRH-RM-DIAES, contra Cristina Lam Ferreira.*
 11. *Deliberação n.º 166/18 – Proposta n.º 11/2018 – DOM/SMHAB – Extinção de dívidas de renda de habitação pública municipal.*
 12. *Deliberação n.º 167/18 – Proposta n.º 12/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Bela Vista (PIS) – Avenida da Bela Vista, 16 – C42.*
 13. *Deliberação n.º 168/18 – Proposta n.º 13/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro 2 de Abril – Largo Eduardo Maria Duarte, n.º 5 – 1.º Dt.º.*
 14. *Deliberação n.º 169/18 – Proposta n.º 59/2018 – DCED/DICUL – Apoio à realização do XX Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage.*
 15. *Deliberação n.º 170/18 – Proposta n.º 60/2018 – DCED/DICUL – Protocolos de colaboração com as Associações Culturais do concelho para realização de programas artísticos por Bandas Filarmónicas e Grupos Corais.*
 16. *Deliberação n.º 171/18 – Proposta n.º 61/2018 – DCED/DICUL – Paróquia de Nossa Senhora da Anunciada – apoio financeiro à realização de concerto.*
 17. *Deliberação n.º 172/18 – Proposta n.º 62/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas – Eventos Desportivos.*
 18. *Deliberação n.º 173/18 – Proposta n.º 63/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro às Instituições parceiras no Projeto Municipal “Desportivamente em (Re)Forma” – 3.ª tranche.*
 19. *Deliberação n.º 174/18 – Proposta n.º 10/2018 – GVRO/DIEDU – Apoio financeiro ao Clube de Ginástica de Portugal.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

1. **Deliberação n.º 156/18 – Proposta n.º 07/2018 – GAP – Aquisição do Edifício EDP e correspondente abertura de financiamento através de leasing imobiliário**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 a 16.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Votaremos favoravelmente esta proposta, até porque quando a Sra. Presidente, salvo erro, no mandato passado disse que tinha vontade de fazer a aquisição deste edifício nós concordámos. Vamos esperar e certamente que estará nos propósitos da Câmara Municipal que se traduza, não só em termos funcionais, numa mais-valia para a Câmara Municipal, os serviços a colocar neste espaço, mas que se traduza também numa economia de valor efetivo, em termos das rendas que são hoje despendidas em diversos espaços da Câmara Municipal espalhados pela cidade.

Lembro-me que os gabinetes dos vereadores do Partido Socialista e do PSD, por exemplo, são rendas pagas e que podem perfeitamente, passar para este edifício. Certamente, que a Sra. Presidente terá essa vontade e terá em mente fazer o equilíbrio do que é a despesa municipal em rendas, porque o montante a despendar para a aquisição deste edifício é realmente elevado, 2.600.000,00 €, é um valor que para a Câmara Municipal consideramos muito elevado.

Vamos esperar efetivamente que esta aquisição se traduza num ganho, não só em termos funcionais, mas também em termos da despesa para os cofres da Câmara Municipal.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

2. **Deliberação n.º 157/18 – Proposta n.º 08/2018 – GAP – Contrato entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Helen Hamlyn Trust para a obra de recuperação do Forte de Albarquel – alteração**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18.

Sra. Vereadora Teresa Andrade – Obviamente que é sempre de saudar o investimento privado numa câmara, que não dispõe de fundos infinitos para fazer este trabalho, e enquanto deputada municipal lembro-me de ter congratulado com este investimento do Fundo Helen Trust, no entanto, ao ler este contrato fiquei preocupada a vários níveis. É um contrato muito bem redigido para evitar que haja qualquer fuga, qualquer falha, mas é um contrato que impõe ao município e aos setubalenses muitas dificuldades na sua execução. É um investimento elevado que ronda os 775 mil euros, mas é um bom investimento. Quanto aos seguros considero exorbitantes face a um investimento de 775 mil euros. O Fundo Helen Trust praticamente retirou-nos a possibilidade de resolver algumas questões legais em Portugal passando para os tribunais ingleses, depois pede à Câmara que trate das licenças de construção, licença de água, construção do parque de estacionamento, construção de dois passadiços, construção de um edifício de serviço com sanitários, áreas técnicas e armazenamento, construção de infraestruturas, abastecimento de água, eletricidade, gás, saneamento, telecomunicações, reparação de paredes na área do estacionamento, tratamento paisagístico, limpeza, nivelamento e os respetivos seguros. O Fundo Helen Trust é quem decide quem vai ser o arquiteto, obrigando que seja nomeado pela “Itinerantipositivo, Lda.”, uma empresa de Barrancos, que não sabemos o porquê e também não sabemos o porquê de terem que nomear o empreiteiro principal, que é a “Gofermode Construção”. O dinheiro é dado a estes empreiteiros, que têm que ter seguros brutais. Quanto é que a Câmara vai realmente despende para manter este valor? Se calhar não andará muito longe do investimento que o Fundo Helen Trust vai fazer.

Depois as restrições são muitíssimas. O Fundo Helen Trust a qualquer altura diz “*Se nos apeteecer deixamos isto a meio e deixamos de pagar, se houver mau cumprimento*”. Há coisas aqui que não lembram ao diabo, são muito pormenorizadas, mas que basicamente dão margem a que qualquer momento por alguma coisa menos bem interpretada do Fundo Helen Trust, a Câmara fique com “*o menino nos braços*”. No ponto 1 da cláusula 14 refere, “*Qualquer diretor responsável, funcionário ou voluntário do município ou de um empreiteiro que tenha agido de alguma forma desonesta ou negligente, a qualquer momento direta ou indiretamente em detrimento do projeto ou adotado qualquer medida que na opinião razoável do Fundo seja provável e traga descrédito ou a reputação do Fundo, cessarão os financiamentos*”. Se o município falhar um dia o Fundo pode não pagar e se a empreitada falhar em qualquer coisa o Fundo pode deixar de apoiar. Também dizem que a Câmara não pode transferir e pagar a qualquer outra pessoa para fazer a mesma coisa. Perante tudo isto ficamos numa situação difícil.

Relativamente à legislação aplicável, “*O presente contrato será redigido e interpretado de acordo com a lei de Inglaterra e do País de Gales, sujeito à cláusula 23 e todas as partes se submetem irrevogavelmente à jurisdição exclusiva dos tribunais ingleses*”. Isto é no mínimo estranho!

Temos um uso muito restrito, quando passamos ao anexo 2. Temos que pedir autorização para tudo o que se faça na fortaleza, se Fundo não autorizar não se faz. A fortaleza deve ser utilizada exclusivamente para fins filantrópicos. Mas a fortaleza vai comportar gastos permanentes para a Câmara! O Fundo faz o seu investimento de 700 mil euros, mas a Câmara tem gastos permanentes. Só podemos fazer componente museológica, exposição, atividade cultural que pode ser paga ou não paga.

Como é que rentabilizamos isto? Quem é que lá pode ir? É para os setubalenses ou é para o Fundo Helen Trust?

4

Acho muito bem, acho que temos que tornar a nossa Setúbal mais bonita a vários níveis, mas para quem é que estamos a tornar mais bonita?

Posso não ter feito a leitura adequada, mas parece-me *“um almoço não muito gratuito”*, este que nos é oferecido pelo Fundo Helen Trust. Se estiver enganada, por favor corrijam-me.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Foi o Sr. Vereador Joel que levantou um conjunto de questões pertinentes sobre esta matéria, contudo acho que a pertinência muitas delas se transportam para outra fase. Há uma altura em que tudo aquilo que não é trabalhos, que o Fundo Helen Trust paga, estão sujeitos a qualquer regra de contratação pública, esses calham dentro desse patamar.

Há um outro tema que a senhora vereadora coloca e muito bem (eu aqui não estou a responder pela CDU senão parece que tenho uma parceria ou coisa parecida), o estatuto do Fundo Helen Trust em Inglaterra. No que diz respeito às regras que eles têm de cumprir em Inglaterra terão que reproduzir aqui, razão pela qual eles remetem para aquilo que é a legislação inglesa. Nesse ponto de vista não me choca.

Também há outra questão que obviamente têm que manter, se o Fundo dá dinheiro e não são cobrados impostos na Inglaterra nem em lado nenhum, por uma coisa que é filantrópica, eles querem manter o estatuto filantrópico. Eu percebo o que diz e tenho as mesmas preocupações, a questão são as respostas que procurei para as mesmas. Esta é a parte que pretendo sublinhar, certamente que haverá novamente que discutir esta questão, que se relaciona com o resto do trabalho que tem que ser feito, independentemente dos valores que venham a ser alcançados ou não, mas que possa ter uma informação que complemente a proposta, caso contrário ela fica *“coxa”*. Ainda não é o *“timing”*, para que possa haver o mesmo nível de exigência e de crivo, que se possa trazer a esta reunião de Câmara, ainda que os valores possam depender desta deliberação, mas que a título de informação era muito importante que viesse aqui.

Algumas das respostas que eu dei, não deixam de colocar dúvidas, mas para um outro momento. Por isso não queria deixar de fazer esta intervenção, sob o risco de me repetir, que foi aquilo que acabei de fazer. É importante mais para a frente vermos essas matérias.

Sra. Presidente da Câmara – Em relação a esta matéria já veio para aqui *“N”* vezes, já veio umas cinco vezes a discussão. Quando surge um vereador novo e altera-se uma cláusula, esse vereador não tem o cuidado de perguntar na sua bancada se isto já tinha sido discutido e o que tinha sido deliberado nessa altura.

Isto está para ser fechado há cerca de dois anos. Este espaço foi cedido no Governo anterior, com a senhora Secretária de Estado Berta Cabral, que despachou favoravelmente para a Câmara Municipal a gestão do imóvel. Ao contrário de outros Governos, que fizeram com o Quartel do 11, que teve que ser vendido por dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros, que nós compramos para os municípios de Setúbal e cujo *“leasing”* já foi pago. Em tempos idos o Governo do PS propôs o Quartel do 11 a outras Câmaras que nunca quiseram, mas nós tivemos azar e tivemos que o comprar para ser recuperado.

Em relação à Fortaleza de São Filipe, fizemos o pedido ao Exército e o exército disse que iria ver. Na posse das funções a senhora Secretária de Estado Berta Cabral, talvez pela sua sensibilidade de autarca, porque foi presidente da Câmara de Ponta Delgada, nos Açores, deliberou a doação e não a venda, para o Município de Setúbal recuperar. Nesse sentido, esta Fundação, que normalmente recupera imóveis desta natureza pelo mundo, entrega aos municípios para que eles possam utilizar em atividades de ação educativa, atividades lúdicas. Não pode haver pagamento nenhum nas entradas, porque eles oferecem.

Esta Fundação paga quase a totalidade do nosso Festival de Música de Setúbal. Apaixonando-se por Setúbal e vendo aquele edifício decidiram doá-lo ao município de Setúbal. O tempo foi passando e houve uma série de constrangimentos legais. Surgiu o *“Brexit”*, que foi uma confusão muito grande para o *“Trust”*, a legislação em Inglaterra mudou substancialmente, houve a desvalorização da libra, tudo teve que ver com o valor da libra e com questões legais na Inglaterra em relação ao *“Trust”*, porque não podiam doar facilmente

o dinheiro. Como alterou tudo tivemos que pedir novamente ao Governo para conceder mais uma prorrogação de três anos para o prazo final, caso contrário eles não faziam a obra. É absolutamente normal, de acordo com a sua legislação, de acordo com aquilo que é prática deles, na doação destes bens, fazerem a recuperação de acordo com o enquadramento jurídico que se impõe. É uma questão de proteção para a cidade e para o imóvel, na realidade é para garantir que aquele espaço não vai ter bilhetes e que nós vamos pagar entre 200 a 300 mil euros.

Esta explicação já foi dada aqui e já dissemos aqui o que iríamos fazer. O “Trust” dizia “*nós vamos recuperar o imóvel, mas depois tem que ser feitas as acessibilidades, a arrumação dos carros, um edifício de apoio com sanitários e uma série de coisas na sua envolvente*”. Imagine se é feita uma atividade naquele espaço com crianças ou adultos e não existem casas de banho?

Isto era o mínimo que nós tínhamos que fazer! Ou recuperamos na totalidade e sai dos cofres da Câmara cerca de um milhão de euros ou aceitamos esta doação e pagamos a diferença.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Deliberação n.º 158/18 – Proposta n.º 35/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração do substituto do responsável da Casa do Largo – Pousada da Juventude**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 159/18 – Proposta n.º 36/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Aceitação de doação de parcela de terreno, com área de 269 400 m2, sita em Herdade de Santas, da freguesia de São Sebastião, feita pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 160/18 – Proposta n.º 39/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e o Núcleo de Bicross de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 25, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 161/18 – Proposta n.º 40/2018 – DAFRH/DIGEF – 7.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 6.ª do Plano de Atividades Municipais e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 31, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

7. **Deliberação n.º 162/18 – Proposta n.º 14/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração ao Loteamento Municipal do Bairro do Grito do Povo – União de Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 163/18 – Proposta n.º 15/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas administrativas e urbanísticas inerentes a pedido de licenciamento de obras de ampliação das instalações tendo em vista a construção de piscina coberta – APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal – Alto da Guerra – Quinta da Serralheira – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.ºs 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 164/18 – Proposta n.º 37/2018 – DAFRH/DIRH – 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 165/18 – Proposta n.º 38/2018 – DAFRH/DIRH – Processo Disciplinar N.º 6/2018/DIRH-RM-DIAES, contra Cristina Lam Ferreira**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos SIM e 1 voto NÃO.

11. Deliberação n.º 166/18 – Proposta n.º 11/2018 – DOM/SMHAB – Extinção de dívidas de renda de habitação pública municipal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 167/18 – Proposta n.º 12/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro da Bela Vista (PIS) – Avenida da Bela Vista, 16 – C42

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 168/18 – Proposta n.º 13/2018 – DOM/SMHAB – Venda de habitação – Bairro 2 de Abril – Largo Eduardo Maria Duarte, n.º 5 – 1.º Dt.º

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 169/18 – Proposta n.º 59/2018 – DCED/DICUL – Apoio à realização do XX Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 170/18 – Proposta n.º 60/2018 – DCED/DICUL – Protocolos de colaboração com as Associações Culturais do concelho para realização de programas artísticos por Bandas Filarmónicas e Grupos Corais

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 a 61.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Entendemos na análise desta proposta que os valores propostos são manifestamente insuficientes para aquilo que são as necessidades das associações, para fazer face às suas atividades regulares durante o ano.

Em linha com aquilo que defendemos na reunião anterior, gostávamos de saber quais são os critérios que tiveram por base a avaliação para atribuição destes valores e se existe plano de atividades destas associações?

Gostava de saber se foi o critério artístico que esteve por base, tal como foi dito pelo senhor vereador na última reunião, aquando da atribuição de um subsídio cujo valor é completamente dispare daqueles que hoje estamos a aprovar, de 1500 euros e 750 euros, quando na reunião anterior aprovamos um apoio para atividade de um grupo no valor de 9 mil euros?

Gostávamos de saber se é com base do plano de atividades e daquilo que é o critério artístico destas associações, que está fundamentada esta proposta?

Sr. Vereador Pedro Pina – Creio que estamos a falar de questões distintas, não vale a pena querer confundir o que não é confundível, sem prejuízo de ser perfeitamente pertinente perguntar, porque é que se apoia num determinado montante um projeto ou uma entidade e por que é que se apoia noutro montante outra entidade. Os critérios que nós seguimos para apresentar esta proposta, foram aqueles que tomámos em consideração no ano anterior, que resultam da apresentação de propostas do plano de atividades destas entidades. Na realidade resultam de uma relação estreita que é feita com estas mesmas instituições e resultam de um conjunto de outros apoios que, como nós tivemos oportunidade de referir, vão muito para além daquilo que são os valores financeiros expressos nesta mesma proposta. A Senhora Presidente teve, de uma forma muito rigorosa, dando pelo menos dois exemplos, referiu que não é possível fazer uma apreciação de um montante financeiro a algumas destas entidades, por comparação com aquele que o Senhor Vereador Fernando Paulino referiu o “Setúbal Voz”, no montante de 9 mil euros. Muitas destas entidades têm características e pressupostos completamente diferentes, têm sede própria, têm uma relação completamente diferente com o seu contexto e com o seu território, fazem atividades completamente distintas daquelas que o “Setúbal Voz” propôs. Considerando as associações e entidades que estão aqui propostas, todas elas têm atividades muito diferentes umas das outras, o que leva a atribuir este critério.

Fico muito satisfeito que o senhor vereador tenha esta posição, que já na última reunião manifestou, uma manifestação de apoio que se traduziria naquilo que é o apoio à cultura dos municípios, do Governo e nomeadamente DGArtes. Como o Senhor Vereador bem sabe, mal seria destas entidades e de outras entidades se não fossem os municípios e neste particular caso a Câmara Municipal de Setúbal, a colaborar de uma forma muito concreta para estes projetos, até, porque algumas destas propostas que vêm aqui, referente a estas coletividades que têm muito mais atividades do que as próprias bandas filarmónicas, são apoios muito específicos. Como o Senhor Vereador pode constatar, algumas destas entidades são apoiadas para outras áreas que não estão consideradas neste apoio. Não se pode fazer uma leitura objetiva e comparativa do apoio que foi dado, porque ela é mais complexa e exige essa compreensão. A Câmara Municipal tem uma relação de grande proximidade com estas entidades, com reuniões regulares e neste sentido esta é a proposta que trazemos. Ainda não estamos satisfeitos e por isso trabalhamos todos os dias para apoiar mais e melhor.

Certamente que temos a solidariedade do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e de todas as forças políticas que nesta cidade, neste fórum e noutros fóruns, pautam a sua perspetiva política afirmando a cultura com uma estratégia de desenvolvimento, aguardando com expectativa quais é que são os outros apoios que estas entidades podem receber, para além daqueles que a Câmara Municipal, dentro dos seus constrangimentos e dentro da sua visão estratégica continua a apoiar.

Estamos a falar de apoios diretos a estas entidades, mas muitos outros são considerados pela disponibilidade de instalações, pela cedência de transporte ou de eventos pontuais.

Trata-se de um número muito alargado de atividades que decorrem da natural atividade que estas mesmas entidades se propõem fazer, na relação estreita que têm com município de Setúbal.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Registamos aquela que é a resposta do Senhor Vereador, mas consideramos manifestamente insuficientes os valores que estão propostos, por isso não votaremos favoravelmente a proposta, mas também não votaremos contra e abstermo-nos.

Sr. Vereador Fernando Pina – É legítimo, mas gostava que nos pudesse dar alguns exemplos, olhando para aquilo que é a proposta que aqui trazemos e de dizer objetivamente quais seriam os apoios que o Partido Socialista proporia, relativamente a estas mesmas entidades. É legítimo que o Partido Socialista se queira abster ou votar contra, assim como o

{

Partido Social Democrata, por discordar da proposta. O Senhor Vereador acabou de dizer que não concorda e acha manifestamente insuficiente, por isso gostaríamos de saber qual é que seria a proposta. Esta é a nossa proposta e como tal apresentámo-la. Qual é a vossa?

Para ser claro e não estarmos aqui, mais uma vez nesta situação. A pergunta que vos dirigimos é: Quais é que são os vossos critérios e qual é a proposta dos vossos critérios para atribuição dos apoios?

Objetivamente, olhando para esta proposta, o que é que vocês alterariam?

Qual é que a proposta concreta para alteração àqueles que são os apoios, que nesta proposta vem aqui apresentada?

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não é a Senhora Presidente, que tem que responder à pergunta que eu fiz é o Senhor Vereador que tem o pelouro, não sou eu que tenho que responder. Quais são critérios?

Sra. Presidente da Câmara – O Senhor Vereador já respondeu, mas eu completo.

Hoje em dia existem regulamentos, existem prestação de contas e há apresentação de planos de atividade. Se não os têm em vosso poder peçam ao departamento da cultura e desporto. O que o senhor acabou de fazer foi uma desonestidade política!

Gostaria de saber por que razão, no tempo do Partido Socialista, davam edifícios a algumas coletividades e porque é que davam dinheiro só a algumas coletividades?

Onde é que estavam os critérios de adjudicação dos apoios ao movimento associativo?

Onde é que existiam os regulamentos?

Quero que me responda a isso!

Porque é que se davam a uns e não se davam a outros?

Porque é que não havia regulamento para todos?

Da nossa parte já foi respondida, agora quero que me responda a estas questões que coloquei.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não vou responder a isso, porque sou autarca hoje, não fui autarca nesse tempo.

Nós votámos na última reunião de Câmara. Não falei sequer no coro Setúbal Voz, mas posso dizer que o senhor Vereador falou. Veio o plano de atividades juntamente com a proposta e nós podemos olhar, e perguntámos qual tinha sido o critério. Responderam-nos que tinha sido artístico.

Hoje pergunto, qual é o critério para a atribuição destes valores muito inferiores àquilo que foi atribuído ao outro?

Fui eu que disse que era muito pouco, os 9 mil euros e se fosse presidente do Setúbal Voz achava pouquíssimo. Só 9 mil euros para quem começa uma atividade artística?

Achei pouco e está em ata.

Sra. Presidente da Câmara – Senhor Vereador sabe quanto é que gastamos na atribuição de subsídios na cultura e desporto?

Cerca de 1 milhão de euros, aquilo que o seu Governo nunca deu, nem nunca o seu partido deu quando esteve aqui.

Sr. Vereador Fernando Paulino – A senhora Presidente está nervosa. Achei insuficiente o apoio dado ao Setúbal Voz.

Se achei insuficientes os 9 mil euros, acho muito insuficientes os 1.500,00€ ou 750,00€, como é óbvio. É só isso que estou a dizer aqui, mais nada!

Sr. Vereador Fernando Pina – Nós podemos discordar e devemos discordar, até porque a discordância pode surgir. É legítimo e seria mesmo muito bom que o Partido Socialista fizesse uma proposta, não basta dizer, “*nós achamos que este dinheiro é insuficiente*”. Os senhores têm um conjunto de informações relativas ao orçamento das várias entidades, que também

4

são do conhecimento de um conjunto de militantes do Partido Socialista. O senhor Vereador também foi autarca e conhecia a realidade de muitas destas entidades.

Por isso, proponha Senhor Vereador! Por exemplo, que não se deva dar 1.500,00€ às bandas filarmónicas e que se deve dar antes 750,00€. Faça uma proposta relativamente aos apoios que se dão noutras áreas, comparativamente a estes. Tenham coragem política de assumir! Dizer que *“nós achamos que é insuficiente”*, também nós!

Isso traduz-se numa proposta concreta?

Isso é uma divergência concreta e objetiva?

Ficamos sempre sem perceber o que é contra. Já na semana passada ficamos exatamente neste dilema, sem perceber o que é que o Partido Socialista pensava sobre a questão do apoio. *“Nós achamos que é insuficiente!”*

Qual era a vossa solução? Apoiar mais em detrimento do quê? Em função de quê?

Relativamente aos critérios aceito que possa ser corrigido, aceito que possa ser reconfigurada. Tivemos a oportunidade de dizer que encetámos um processo que infelizmente não é tão célere como nós gostávamos, mas que já deu alguns frutos em algumas matérias de discussão pública, nomeadamente com as entidades, sobre os apoios à cultura. Começámo-lo pelo teatro. É bom que as forças políticas, nomeadamente aquelas que estão representadas nesta Câmara Municipal apresentem propostas e que assumam a sua responsabilidade perante os municípios setubalenses, de qual é que é a sua visão, qual é a sua opinião, que façam as vossas escolhas e que nos digam o que é que pensam sobre isto.

Acham pouco, então qual é a vossa proposta?

Em que medida é que seria alterado?

Assim poderíamos discutir, no entanto, dizer que é pouco, ficamos todos na mesma.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Faço uma proposta muito objetiva. A retirada desta proposta e nós faremos uma proposta de valores que entendemos ser suficientes. Aceitam?

Sra. Presidente da Câmara – Não!

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Se o valor é pouco, por ventura pode vir a ser pouco, no entanto pode ser sempre reforçada, não prejudica haver uma nova proposta, sublinhando aquilo que o próprio Partido Socialista está a dizer.

Tendo em conta a questão que foi levantada, será proveitoso requerer a informação anexa que fizeram chegar e com oportunidade iremos discutir, da parte do PSD. Tal como o senhor vereador Pedro Pina referiu, na questão de apresentar propostas é importante ter em mente que a capacidade dos vereadores da oposição para as fazer não é a mesma que os vereadores do executivo. As propostas nunca conseguem ter o mesmo detalhe nem a mesma capacidade, por isso, quando se fala em apresentação de propostas, elas têm que ser tidas dentro daquilo que são os meios que estão ao dispor. Quando digo que vamos solicitar informação, é para analisar dentro daquilo que é a capacidade que está atribuída.

Votaremos favoravelmente, porque um apoio é um apoio e nada impede na lei, nem em lugar algum, que ele possa vir a ser reforçado com a devida fundamentação, se para isso nós acharmos que ele o deva ser.

Sr. Vice-Presidente – Sem querer ser polícia de costumes, hoje estou um bocado tendente a observar os comportamentos dos senhores vereadores e lamento agora a intervenção tão esforçada do senhor Vereador Pedro Pina. Não devia, senhor Vereador! Está-se a esforçar demasiado, quase na mesma medida em que o senhor Vereador Fernando Paulino há pouco estava a ficar nervoso. Não vale a pena esforçar-se, porque terá uma resposta paralela àquela que tivemos há pouco na discussão anterior: *“Sim, mas deve ser mais, mas eu não concordo é com este valor”*. Ficamos sempre na mesma no que se refere à política dos apoios às coletividades, apoios culturais, apoios ao desporto. O executivo CDU fez aquilo que nunca tinha sido feito neste município, dando alguma objetividade, fazer regulamentação, fundamentar e criar planos de atividades e na base da fundamentação apresentamos as

4

propostas. O senhor vereador está também a repetir a ironia de há pouco, quando punha as aspas no seu comunicado de democratização, isso é ironizar com uma afirmação sincera da nossa parte e agora também está a ironizar: “*Sim, mas mais!*”.

O senhor diz: “*Sim, mas mais!*”, logo é, não!

Encontrar um consenso é aquilo que justifica o recado que nos estava a dar, não vale a pena esforçarmo-nos, porque não haverá consenso. Esta política de apoios é aquela que nos qualifica e pela qual vamos ser avaliados, não pela nossa oposição interna, mas pelos próprios beneficiários. São as coletividades que hão de dizer se tiveram bons apoios, com a nossa gestão, justificada pelas suas atividades, com as despesas necessárias que obrigatoriamente impõem os apoios públicos, que neste caso são os únicos, porque governamentais não há. Fácil é dizer a quem corta nos apoios governamentais, aos apoios municipais: “*Mais*”. Municipais “*mais*” é para quem tem a intensão de não os dar, nós temos a intensão de os dar e por isso apresentamos as propostas justificadas e razoáveis.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

16. Deliberação n.º 171/18 – Proposta n.º 61/2018 – DCED/DICUL – Paróquia de Nossa Senhora da Anunciada – apoio financeiro à realização de concerto

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 172/18 – Proposta n.º 62/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas – Eventos Desportivos

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 173/18 – Proposta n.º 63/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro às Instituições parceiras no Projeto Municipal “Desportivamente em (Re)Forma” – 3.ª tranche

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 e 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 174/18 – Proposta n.º 10/2018 – GVRO/DIEDU – Apoio financeiro ao Clube de Ginástica de Portugal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a

Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Carlos Santos – Depois de meia hora de atraso no começo da reunião e duas horas de antes da ordem do dia, naturalmente estarão com pouca paciência para me ouvir. Vou falar sobre o tema: “O ruído e a Câmara Municipal de Setúbal”.

Confesso que tenho pouca esperança que desta intervenção resulte numa melhoria da atual situação. Recordo a minha intervenção, numa anterior reunião pública da Câmara, na qual falei no ordenamento do trânsito nas ruas Major Perestrelo da Conceição e Doutor Miguel Homem Sampaio e Mello, a senhora Presidente comprometeu-se publicamente a transmitir-me o estado do processo, o que nunca veio a acontecer. Largos meses passados ocorreu apenas uma marcação de lugares de estacionamento nessas ruas, com prejuízo para os utentes. O que se previa na ordenação de trânsito, passando este a ser descendente na primeira rua e ascendente na segunda, nunca teve lugar. Para um mau trabalho destes não eram precisos quase quatro anos de estudos. Só não pensei que a solução adotada era um castigo por ter focado o assunto numa reunião pública da autarquia, em virtude de eu saber que não possuo notoriedade que o justificasse.

Com pouca esperança no resultado por tudo quanto antes expus, vou falar do ruído no concelho de Setúbal.

Em virtude, da constante no decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, diploma já com 11 anos de vida, a Agência Portuguesa do Ambiente elenca no seu “site”, as 139 Câmaras que elaboraram mapas municipais de ruídos. Dessa lista consta a Câmara Municipal de Setúbal? Não!

Será que apenas grandes autarquias, dotadas de meios humanos e técnicos significativos constam dessa listagem? Não!

Nela se incluem autarquias como as de Alfândega da Fé, Almeida, Alter do Chão, Baião Boticas, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Gavião, Lousa, Manteigas, Marvão Mesão Frio, Póvoa do Lanhoso, Resende, Ribeira da Pena, Sátão, Sernancelhe, Terras do Bouro, Torres de Moncorvo, Vale de Câmara, Valpaços, Vila Flor e muitas outras pequenas comunidades.

Será que a Câmara de Setúbal está acompanhada de todas as restantes do distrito, no incumprimento da elaboração do mapa do ruído? Não!

As Câmaras municipais do Barreiro, Palmela, Seixal e Sesimbra cumpriram a sua obrigação na matéria, mas Setúbal continua em falta sem que isso pareça preocupar a autarquia.

O que se passa no concelho, por exemplo, na Avenida Europa que é um autêntico escândalo? O sistema que tinha em vista sensibilizar os utentes da via para a limitação de velocidade, encontra-se inoperacional há mais de dois anos. As promessas que em tempos a autarquia fez para minimizar o ruído na via, colocando barreiras antirruído, plantação de árvores muito próximas umas das outras visando a redução do mesmo, nunca avançaram. Mas não contente com isso, a Câmara Municipal de Setúbal atua em sentido inverso, autorizando, por exemplo, autênticas corridas de automóveis na via. Matéria na qual a PSP ainda ajuda a festa, tolerando a continuação do massacre, para além do horário autorizado. Uma vergonha!

Lamento como setubalense que não sou de nascimento, mas que sou do coração por opção livre e consciente, que Setúbal a antiga cidade do Rio Azul, esteja hoje alicerçada num tripé, pilaretas, rotundas e borradelas nas paredes.

Sra. Presidente da Câmara – Obrigada pela sua intervenção! Quase na generalidade não tem razão. Respeitamos um ao outro, está bem? Não existe em lado nenhum escrito, nem nunca ouviu dizer que ia ser colocadas barreiras por causa do ruído.

Em relação ao mapa de ruído está muito mal informado, a Câmara Municipal de Setúbal já apresentou nesta Câmara Municipal o mapa do ruído, que faz parte do conjunto de elementos para o seu PDM. Há mais de um ano que tem o mapa de ruído concluído. Está muito mal informado e não sei onde é que se baseou, mas se quiser pode ir aos serviços municipais buscar o mapa de ruído. A Engenheira Fátima Nogueira, que é uma grande e competente funcionária deste município, participou a determinada altura na concretização desse mapa de ruído. Se mencionou uma série de municípios mais pequenos, podia perceber porque é que os grandes não constam, pela complexidade de elaboração do mapa de ruído, numa cidade com média ou grande dimensão. Pode perceber também que deriva da legislação muito recente a concretização dos mapas de ruído, de qualquer modo o mapa de ruído da Câmara Municipal está feito. O mapa de ruído é um dos elementos para o PDM e o PDM está praticamente fechado. Neste momento está em elaboração o seu regulamento e sem mapa de ruído não há regulamento.

Se existem rotundas, é porque se trata de uma solução viária, uma melhoria para uma solução rodoviária, quer ambiental, quer de tempo, etc.

Se existem pilaretes é porque eles são necessários. Se quiser ir comigo tirar os pilaretes e ver o que é que acontece no dia a seguir, podemos fazê-lo numa série de sítios. Não é um problema deste município é um problema de todos os municípios. Se quiser ver o que é que aconteceu, na rotunda da Olga Morais Sarmento, depois de uma obra caríssima para a concretização daqueles passeios com bancos, aquele espaço tornou-se num parque de estacionamento, foi preciso colocar pilaretes para saírem os carros, os passeios são para as pessoas não são para os carros. Nos bairros os passeios são mais pequenos, vai ver se não tiverem os pilaretes os carros estão estacionados praticamente em cima da porta das pessoas. O senhor acha que é justo as pessoas levarem com os carros em cima das suas portas?

No início da sua intervenção disse, *"A Presidente da Câmara, embora tenha vindo cá por uma questão que não foi resolvida"*, já não me lembro exatamente o que é que foi essa questão, pode-me recordar?

Sr. Carlos Santos – Foi um estudo de quatro anos dos serviços, fim do qual a única coisa que fizeram foi marcar lugares de estacionamento em duas ruas. Era uma décima parte do que previam fazer. A circulação seria descendente na Rua Major Perestrelo da Conceição e seria ascendente na Rua Miguel Homem de Sampaio e Mello. Nada disso foi feito e a única coisa, depois de quatro anos de estudos, apenas marcaram os lugares de estacionamento.

Sra. Presidente da Câmara – Não foi de certeza, só isso! Podemos ir ao local com o senhor e mostrar os estudos, para verificarmos que não foi só isso que foi ali feito.

Sr. Carlos Santos – Tinha muito gosto nisso. A Câmara devia reclamar junto da Agência do Ambiente pelo facto de não constar o município de Setúbal como tendo mapa de ruído. Eu não inventei e fui ao sítio da Agência do Ambiente ver, quais as autarquias que tinham mapa de ruído e verifiquei que não consta a Câmara de Setúbal.

Curiosamente a senhora Presidente falou nos pilaretes, falou nas rotundas, mas não falou nas borradelas das paredes, que é aquilo que muitas vezes me faz desejar fugir de Setúbal para o Alentejo.

Sra. Presidente da Câmara – Tem razão! Como sabe não somos nós que fazemos essas "borradelas", no entanto, combatemos essas "borradelas". Temos uma empresa que limpa as "borradelas", temos serviços municipais que pintam ou lavam as "borradelas" e ainda temos um projeto que serve para apagar essas "borradelas", fornecendo tinta a algumas administrações de condomínio, que fazem o favor de limpar os seus próprios edifícios.

Sr. Carlos Santos – Quanto aos pilaretes, uma coisa muito rápida. Não defendo a anulação pura e simples dos pilaretes, defendia que se falasse seriamente com a PSP, para que criassem condições para trancar todas as viaturas no local. Deste modo as pessoas teriam imediatamente que pagar a infração. Depois de isso estar concretizado seja daqui a seis meses, a um ano ou a dois, os pilaretes seriam todos retirados, porque Setúbal é um autêntico campo de concentração de pilaretes. Não defendo que eles desaparecessem de imediato, porque isso não era viável, mas deviam tentar fazer um esforço significativo e ver daqui a quanto tempo seria possível tirar todos os pilaretes. Os carros que estivessem em violação ficariam retidos e teriam que pagar no local, certamente que em dois meses o problema estaria resolvido.

Sra. Presidente da Câmara – Sr. Carlos Santos, vou-lhe telefonar para revermos tudo aquilo.

Sr. Luís Pacheco – Nasci nesta cidade há 59 anos e atualmente moro em Pinhal de Negreiros. O assunto que me trás já foi aqui discutido e houve algumas respostas que me satisfizeram, no entanto, há três ou quatro questões que gostaria de deixar clarificadas. No dia 15 de janeiro participei numa reunião convocada pela autarquia na escola da Brejoeira, onde estiveram cerca de 60/70 moradores e onde foram debatidas várias questões relacionadas com o grave incêndio que houve o ano passado, que me fez interromper as férias, porque a minha casa esteve em perigo. Ficou sempre claro que a questão que se prendia estava relacionada com a questão da floresta, no eventual abate de árvores. No final dessa reunião foi constituída uma "comissão" de 10/11 voluntários que se ofereceram para trabalhar e que de modo nenhum pode ser considerada de comissão. No dia 25 esse grupo teve a primeira reunião de trabalho com o senhor Vereador, onde foram lançadas todas as questões, um mapa com cerca de 35 pontos, sendo que a questão fundamental, aquela que mais preocupou as pessoas, estaria relacionada com abatimento de árvores e a sua futura reflorestação. Começámos com algumas trocas de e-mail, a partir de 25 de janeiro, em março houve a abertura do início do edital para as empresas concorrerem, algumas perguntas foram respondidas outras não foram respondidas e no dia 14, recebemos um e-mail a informar que no dia seguinte se iria iniciar o abate das árvores. Nestes últimos três meses nunca mais falámos, apesar de ter ficado estabelecido que teríamos que ter uma reunião antes de iniciar o abate de árvores, bem como uma visita ao local. Sei que depois do abate das árvores foi feita uma visita ao local, que eu desconhecia e sei que falaram com as pessoas no local. Compreendemos que se trata de numa zona perigosa onde se encontram algumas das habitações, mas neste momento tem sido muito difícil viver ali nas últimas três semanas. Vivo na Praceta Fonte Negreiros e neste momento já vejo a estrada nacional 10 com facilidade e vejo toda a Quinta do Conde com facilidade. Penso que existe algum desnorte. Desmistificar que aquilo é um negócio.

Relativo à comissão dos moradores, já fui confrontado na rua várias vezes, com algumas pessoas dizendo: "*Vocês é que são os culpados disto tudo, a comissão de moradores não fez nada e deixaram derreter isto tudo*". Penso que ainda estamos a tempo de fazer alguma coisa boa.

Estou satisfeito por ter estado aqui nesta situação. Já estive nesta sala em momentos alegres, fundamentalmente por questões profissionais, é uma sala maravilhosa.

Da vossa vereação não tenho grandes razões de queixa, aliás, profissionalmente já trabalhei muitas vezes com vocês. Penso que é possível fazer melhor do que está a ser feito, da nossa parte, porque esta noite ainda nos vamos juntar, acho que é possível fazer alguma coisa.

Sra. Presidente da Câmara – Vamos continuar a conversar amanhã, para vermos no terreno exatamente o que é que podemos rapidamente melhorar, para fazer a reflorestação rapidamente. O Vereador Carlos Rabaçal tem estado com a equipa e a Vereadora Carla Guerreiro pretende dizer alguma coisa relacionada com a situação.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Queria agradecer aquilo que disse o senhor Luís Pacheco. A reunião de amanhã é uma reunião do grupo de moradores, na agenda pensámos estudar um plenário de moradores para explicar a toda a gente aquilo que se está a passar. Trata-se de um grupo informal de moradores, ninguém vai pedir contas ao grupo de moradores, as pessoas ofereceram-se no decorrer de um plenário, com o objetivo de trabalhar em conjunto para encontrar melhores soluções. Amanhã é possível encontrar um caminho estável de trabalho e resolver as questões e as dúvidas que estão em cima da mesa, dentro dos parâmetros e da legalidade. Quero agradecer muito o que disse, porque são palavras muito ponderadas e de muito bom senso. Da minha parte e da parte da Vereadora Carla Guerreiro vamos lá estar com a equipa técnica e vamos fazer tudo o que for possível, para que as coisas tenham um caminho natural, como está a ter em todos os lados. Certamente que houve aqui um hiato e temos que dar solução dele, penso que vamos chegar a muito bom porto. Vocês merecem e organização também merece.

Sr. Luís Pacheco – Neste momento há já algumas pessoas que não fazem parte, mas entraram pessoas novas na comissão, concretamente o Ricardo Nogueira que também pediu para falar a seguir, tem sido uma pessoa extraordinária. Eventualmente é capaz de surgir mais uma ou duas pessoas novas. Penso que quantos mais formos melhor será.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Faço minhas as palavras do Vereador Carlos Rabaçal. A nossa intenção amanhã, é esclarecer, é tentar procurar caminhos. Como já disse há pouco, ninguém quer pôr a “carga” na comissão, porque se trata de uma comissão informal, que se desenvolveu com a boa vontade das pessoas, se as pessoas não se tivessem voluntariado esta comissão não existiria. Foi muito bom que várias pessoas tenham demonstrado este interesse, é um capital que nós temos que aproveitar. Penso que amanhã estarão criadas todas as condições para nós podermos explicar melhor as intervenções e para vocês fazerem as vossas propostas, porque para nós isto é um processo em início, não é um meio nem um fim, é o início de um processo.

Sr. Ricardo Nogueira – Quanto à intervenção que iria fazer, a senhora Presidente teve a capacidade de alterar. As suas palavras sobre o sítio onde resido e onde sou feliz e quero continuar a ser, para mim foram satisfatórias. Compreendo que há o perigo de incêndio, nem que não haja pinheiros, se estiverem só estacionados os carros também ardem. Quando nós temos uma ferida na perna não arrancamos a perna. Tem que haver aqui um bom senso. Ouvi-os com muita atenção e o vosso discurso foi convincente, mas para alguém que vive ali, está cheio de imprecisões.

Sabem que a empresa trabalha aos feriados?

Sabem que a empresa começa a trabalhar às sete da manhã e acaba às oito e meia da noite?

Onde é que estão os técnicos da Câmara?

Hoje em dia qualquer pessoa tem uma câmara fotográfica ou uma câmara de vídeo ou pega no telemóvel e pode filmar. Amanhã na reunião havemos de vos mostrar algumas coisas para justificar aquilo que acabei de dizer. Quando há um elemento em cima de um pinheiro, com a altura de um 3.º andar, sem um arnês, até eu me arrepio e já contabilizo 900 saltos de paraquedas.

Altereí o discurso, alterei o que vinha aqui dizer. Há uma coisa que me ensinaram desde pequeno que é ter bom senso, por isso temos que dialogar. Mas há uma coisa que também é certa, nós todos deveríamos aprender a lutar, quando nos sentimos mal devemos “coçar onde temos a comichão”. É isso que nós temos que fazer! Fizemos muitos anos contra uma cambada de bandidos, incluindo os meus pais e os meus avós. Agora não, porque são pessoas que eu até gosto delas, que não vou dizer que “não tenho comichão”. Tenho mesmo “muita comichão”, mas quero com vocês resolver a “comichão”. Há uma coisa que não se deve fazer, a Câmara e muito bem, arranjou um grupo de moradores para os ajudar a resolver um problema local, mas nunca deveria ter convidado essas pessoas para a mesa e

4

deixá-las lá sozinhas e irem-se embora e não terem “passado cartucho” a ninguém. Há pouco ouvi o senhor vereador a chamar-nos fregueses, porque pertencemos a uma freguesia. Eu tentei-lhe enviar vários e-mails e o seu e-mail que está no site da câmara rejeita todos os e-mails. Como freguês, a presidente da minha freguesia que está aqui, deveria ser nossa aleada nesta questão de bom senso. Nós pretendemos que haja bom senso, pretendemos falar, ajudar. Se é para reflorestar contem connosco, que certamente arranharemos um grupo de pessoas que também vão ajudar.

Porque é que as pessoas se escondem como ratos quando são precisas aparecer? Isso eu não admito!

O meu pai ensinou-me a lutar e há uma frase que ele me ensinou “não baixar os braços, por ninguém”. Vamos falar, vamos resolver o assunto. Juro-vos que estou aqui de corpo e alma para tentar ajudar, mas não destruam as raposas, os guarda-rios, os pica-paus e os ouriços. Os nossos filhos têm direito a conviver com estes animais. Queremos ser tratados com bom senso. Por questões profissionais tenho hipótese de fazer uma foto aérea de Pinhal de Negreiros dos dias de hoje e compará-la com a que está no Google. Foi demais, foram cortados pinheiros marcados e pinheiros que não estavam marcados. Na reunião que os senhores fizeram com os munícipes, em que não estive presente, mas sei perfeitamente que disseram que se tratava de um simulacro, um exercício da marcação daqueles pinheiros. Agora há pernas com cerca de 60, 70 e 80 quilos, presos nas copas dos pinheiros, o que é perigoso para quem passa por baixo deles. Passa uma criança que pode levar com uma coisa daquelas e morre e “chorar sobre o leite derramado” não nos adianta, porque já nos “coçámos”. Vamos tentar resolver isto, amanhã hão de ter aqui possivelmente um grupo de pessoas que estão dispostas a ajudar, pessoas que não vergam, mas que ajudam.

Sra. Presidente da Câmara – Amanhã vamos conversar.

Sra. Maria Fernanda Chaves – Gostaria de começar por pedir para gravarem a minha intervenção para ficar em ata. Também gostava de pedir para que estes documentos que tenho em meu poder ficassem anexos à ata.

Fez entrega do documento, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 67.

Pedi uma audiência com a vereadora do pelouro do urbanismo, depois tomei conhecimento que era V. Exa., mas não obtive qualquer resposta, o que me obrigou a vir aqui. Tomei conhecimento de um ofício em que tenho muita dificuldade em classificar o que este ofício define, bem como o respetivo indeferimento que ele impõe. Vou fazer umas quantas perguntas, porque a minha perplexidade é total.

Vossas Excelências sabem que sou proprietária de um infantário, que já há algum tempo tem as licenças todas regularizadas e os processos já estão finalizados e arquivados, no Bairro da Conceição, em casas geminadas. Segundo um documento da câmara as casas foram construídas em 1949. A proprietária do lado, Vera Lúcia Santos comprou uma casa pegada há minha, ela tem 30 anos, é professora, tirou mestrado, a casa foi registada na Conservatória em nome dela, de acordo com estes documentos que foram distribuídos por todos para que possam verificar, na morada Rua Campos Rodrigues n.º 16. Ela é minha filha, mas nada disso lhe tira a legitimidade de posse deste imóvel. A minha filha fez o pedido da certidão negativa de acessibilidades, pagou e para isso teve toda a legitimidade, depois vai a uma reunião na qual a informam basicamente o que refere aqui. A minha perplexidade é total e é por isso que estou aqui, quando o meu nome e os meus processos são referenciados, de uma maneira ilegal ou então passa-me por cima o que é a posse e a propriedade do imóvel. Como resposta ao pedido que ela fez da certidão negativa, dizem o seguinte: “*Da análise efetuada aos elementos apresentados, verifica-se que para a morada em causa*” (que é a morada dela) “*Rua Campos Rodrigues n.º 16*” (a minha é Rua Campos Rodrigues n.º 14), “*em causa existe o P.O. 104/02, titulado em nome de Maria Fernanda Chaves*”. Que sou eu! É um facto que quando ela foi à reunião o projeto que apresentou da casa na Rua Campos Rodrigues n.º 16 não existia no processo dela e existiam os meus processos. É inacreditável

4

o que escrevem! *"Face ao exposto entende-se não deter a requerente Vera Lúcia Santos legitimidade para apresentar o presente pedido."*

Com que legitimidade é que os meus processos e o meu nome são aqui referenciados?

Como e porquê?

Com que legitimidade é que uma proprietária seja ela ou seja outro qualquer de nós aqui presentes, não têm legitimidade para pedir qualquer tipo de documentação sobre a sua propriedade?

Dizia a minha filha que isto era "chapa 5".

Na mesma carta refere ainda: *"Que o técnico justifique e fundamente expressamente os motivos que não levaram à aplicação daquelas normas técnicas"*. É evidente que o processo desapareceu. Eu já passei por isto e a senhora Presidente sabe.

A minha filha tirou mestrado em professora e teve oportunidade de comprar uma casa ao lado da minha, mas a casa é dela, que funcionalmente e legalmente está separada e está tudo registado em nome dela, mas onde é que está o processo?

A minha filha pediu o processo que tem o n.º 111/18 e apresentaram-lhe um processo do Vale Ana Gomes. Quando ela pede para ver o projeto, não há projeto e ela insiste como entregou o pedido e pagou quase 300,00€. A certidão que lhe negaram pagou e isto já aconteceu no passado senhora Presidente.

Continuando com a leitura da carta: *"Atendendo que a requerente não apresenta tais elementos que possam justificar a exceção invocada, julgo não poder ser emitida a certidão requerida."* Os elementos foram todos entregues, o processo de n.º 111/18 é um processo do vale Ana Gomes. O que é que se passa? O processo não aparece, o número é outro?

A minha filha tem um documento comprovativo, devidamente carimbado e assinado, em como pagou.

Mas dizem mais no ofício: *"Mais se propôs informar a requerente"* (isto para mim é o ex-libris de tudo) *"que para efeitos de reversão do sentido da decisão acima referido"* (que é o indeferimento) *"e à semelhança do PO 246/90 (que é o meu, que não deve constar aqui, porque não dei autorização para misturarem processos, já que o meu está arquivado e resolvido)"* *"1. Comprovar a sua legitimidade - Averbar o processo de obras correspondente para seu nome"*.

Bem, eu não leio mais!

Sra. Presidente da Câmara – Dê-me esses documentos no final da reunião, por favor!

Sra. Maria Fernanda Chaves – Senhora Presidente, já disse à senhora uma vez aqui, que aquele departamento de urbanismo precisa de ser "requalificado", isto não se admite, mas também não podemos assinar de cruz e a senhora corrobora isto, a que a minha filha chama de "chapa 5".

O projeto entrou em janeiro. Se quiser a minha filha trás o projeto completo, todo devidamente carimbado, com o projeto dos bombeiros que está em nome dela e que foi aprovado em nome dela. É evidente que eu estou a ajudá-la nas despesas para requalificar o espaço. Se ela não tinha dinheiro para pagar o projeto eu ajudei-a a pagar, mas isso não lhe retira a legitimidade da propriedade. É ela que paga, foi ela que pediu e fez um grande negócio e por sorte pode comprar a casa ao lado, onde eu tenho o infantário.

Isto é a maior aberração que já vi na minha vida! A minha filha foi honesta e disse que pretendia a certidão, porque queria pedir o alvará ao ministério para que fique tudo legal. Legitimidade para pagar tudo ela tem, porque ela pagou a certidão, pagou o projeto, mas depois já não tem, como se diz aqui, legitimidade para mais nada, só tem quando os meus processos passarem para nome dela.

Senhora Presidente desculpe estar a repetir-me, mas isto é inacreditável, se é que a palavra não tem que ser mais forte.

Sra. Presidente da Câmara – Não tenho nenhum pedido seu, por isso tenho que saber onde é que está o pedido de reunião.



Sra. Maria Fernanda Chaves – Pedi através de um e-mail para falar com a Senhora Presidente.

Sra. Presidente da Câmara – No urbanismo são 15 dias o tempo máximo que demoro para atender e não meses. Divido-me todos os dias entre os dois edifícios e mesmo assim, todos os documentos do dia vêm aqui para assinar. Na realidade estamos com um volume de trabalho do outro mundo e com menos pessoal, porque houve pessoas que foram para a reforma e ainda não foram substituídas. Tenho a máxima confiança nos serviços e muitas vezes quando são apreciações dos técnicos em que eu tenho a máxima confiança, tenho como certos, mas quando há processos mais complicados, vejo-os “fio a pavio”, porque habitualmente em coisas mais pequenas, há uma certa confiança e o processo é assinado tal como referiu. Vou saber amanhã o que é que se passa “fio a pavio”, com este processo. Como disse e bem, uma coisa é uma coisa outra coisa é outra coisa. Os números de habitações são diferentes, não se percebe por que razão haveria de estar misturado, não se percebe porque é que não aparece o processo, por isso tenho que saber o que se passa. No final da reunião pode-nos fornecer o documento que provavelmente terá o número de processo. No ofício que está a capear esses documentos, normalmente tem um número de processo.

Sra. Maria Fernanda Chaves – É o processo n.º 111/18, mas segundo nos disseram pertence a um senhor que mora no Vale Ana Gomes. Isto contém todas as ilegalidades possíveis. Quero informar a senhor Presidente, porque duvido que esteja no processo, que esta carta que a senhora corrobora é a última, mas já tínhamos recebido uma outra carta há cerca de três meses, que dizia o mesmo e que foi assinada pela Dra. Dora. Depois disto houve uma explicação da situação por parte do advogado, que por acaso é o mesmo, mas isso não lhe tira legitimidade nenhuma. O advogado fez uma apresentação de uma forma limpa, explicando que nada disto fazia sentido, mas não recebemos resposta. Posteriormente pedi uma reunião com o departamento de urbanismo e também não recebi resposta. A Vera Lúcia faz uma exposição, mas também ninguém lhe deu resposta. No fim deste currículo todo de acontecimentos e entrega de documentos dão-nos o indeferimento. Isto é incrível! Tenho em meu poder o comprovativo do pagamento da certidão que se pretende. A minha filha entregou um projeto em janeiro, está tudo certinho, no entanto, como é que até à data “nem truz nem muz”. Ela não fez obras exteriores, só fizemos obras interiores.

Sra. Presidente da Câmara – Isso é de escassa relevância, nem sequer têm grandes complexidades dentro da câmara, as coisas básicas são para avançar.

Sra. Maria Fernanda Chaves – Aquelas casas são pequenas e ela vai fazer só uma sala de pré-escolar. As normas dizem que deve ser uma sala pré-escolar, sala de atividades e a sala polivalente e aquele espaço só dá para isso, com uma casa de banho. Ela partiu as paredes todas, pôs a sala de cima e a sala de baixo amplas, fez as casas de banho e da cave fez o escritório.

Porque é que isto acontece senhora Presidente, por ser minha filha?

Sra. Presidente da Câmara – Não pode ser por isso! Aquilo foi “chapa 5” eu nem sequer vi o nome das pessoas e nem conheço a sua filha.

Sra. Maria Fernanda Chaves – Ela está a pagar pela reclamação que a mãe tem feito ao longo da vida e por aquilo que a mãe está a passar com os processos.

Sra. Presidente da Câmara – Não tem nada a ver com isso.

Sra. Maria Fernanda Chaves – Tem a ver com qualquer coisa de grave e inexplicável!



Sra. Presidente da Câmara – Alguma coisa aconteceu, não tenha o sentimento da perseguição, porque nada teve a ver com isso, tem que se ver exatamente o que se passou. Amanhã vou ver o que se passou com esse processo.

Sr. José Joaquim Trindade – Resido no n.º 50/52, numa Praceta que faz esquina com a Rua Fernando Santos, que tem um estacionamento que está em mau estado de conservação há vários anos. Comecei por chamar a atenção à União de Freguesias de Setúbal em dezembro de 2015, voltei em 22/7/2016, porque o alcatrão desapareceu e a gravilha que existe é projetada provocando danos em automóveis, partindo espelhos, danificando portões, paredes, etc. Voltei a reclamar no dia 31/8/2016 na câmara, tudo sem qualquer resposta. Por acaso em janeiro de 2017, reclamei junto da União de Freguesias e tive um atendimento personalizado, em que puseram em contacto com um técnico dos serviços, que me prometeu que seria no primeiro semestre de 2017 que iria ser feita essa obra. Como não foi no primeiro semestre e começámos em altura de eleições ligaram-me duas ou três vezes, a dizer que tinha havido um atraso e que seria no segundo semestre de 2017. Estamos no fim do primeiro semestre de 2018 e a seguir às eleições nunca mais houve nenhum contacto, a obra continua por fazer e o parque de estacionamento como a rua que estão a ficar com muitos buracos, sendo que o mais grave é o parque de estacionamento. Se a senhora Presidente quiser ver o estado daquilo a que me refiro, tenho em meu poder fotografias que lhe posso mostrar. Esta rua fica em Montalvão e é paralela à Rua dos Arcos, a meio dessa rua existe um parque de estacionamento em que os carros estão em espinha e esse parque de estacionamento está extremamente degradado, com pedras soltas.

Sra. Presidente da Câmara – Junto à Rua e Travessa dos Arcos vamos fazer uma grande intervenção, vai ser construído um grande parque de estacionamento e aquela zona vai ser alterada, como aquilo vai apanhar toda aquela zona, não sei se está incluída na requalificação daquela zona a sua rua. De qualquer modo o vereador Carlos Rabaçal que tem o pelouro das obras já está a tomar nota e vai ver se aquilo pode ser feito à parte da outra grande intervenção que vai ali acontecer, com a criação do grande parque de estacionamento que irá surgir.

Sr. José Joaquim Trindade – Andaram a fazer obras de requalificação do chão dessa praceta a semana passada. Ontem deparei-me com uma moessa no capô do meu carro e um vidro partido, devido à projeção de pedras, pondo em causa a segurança dos veículos como a própria integridade física das pessoas que lá moram ou de outros peões. Já assisti em Águas de Moura, a uma pessoa ser perfurada por uma pedra que saltou de um pneu de um autocarro, ali por sorte não tem acontecido isso, mas podem verificar que no portão do prédio n.º 50 a quantidade de marcas que existem das pedras que são projetadas dos carros. Aquilo fica muito pior quando passa o carro que faz a limpeza com as escovas, porque solta ainda mais pedras. Tudo isto anda a deteriorar-se desde 2015 e a Câmara só em 2017, porque houve eleições, é que me contactou três vezes, dizendo que a reparação seria no primeiro semestre de 2017, depois seria no segundo semestre de 2017 e até hoje nunca mais disseram nada.

Sra. Presidente da Câmara – A sua insistência de que teve os contactos por causa das eleições, por acaso foi-lhe dito que era por causa das eleições?

Sr. José Joaquim Trindade – Não. É a minha dedução!

Sra. Presidente da Câmara – É dedução sua! Está enganado, porque na realidade ninguém lá foi fazer obra devido às eleições. É uma dedução errada da sua parte. Não sei se já reparou, continuamos a fazer trabalhos todos os dias e as eleições foram há 6 meses, ainda

{

faltam três anos e meio para as próximas eleições, mas continuamos a fazer obras todos os dias.

Sr. José Joaquim Trindade – Eu deduzo e posso confirmar, porque sou uma pessoa atenta, também sou autarca, mas não daqui.

Sra. Presidente da Câmara – Você lá sabe o que faz na sua autarquia!

Sr. José Joaquim Trindade – Não é o caso, porque só pertenço à Assembleia. Achei estranho que em 2015/2016 fiz vários contactos com a Câmara e nunca tive qualquer resposta, no entanto, em 2017 tive dois ou três contactos e a seguir nunca mais tive contactos.

Sra. Presidente da Câmara – Não deduza aquilo que você acha que fazem no seu partido!

Sr. José Joaquim Trindade – Como é que a senhora sabe que eu tenho partido? Está a fazer uma dedução errada, eu concorri como independente.

Sra. Presidente da Câmara – Os independentes também podem fazer deduções erradas.

Sr. José Joaquim Trindade – Toda a gente faz deduções erradas ou alguém que lhe dê jeito que sejam erradas.

Sra. Presidente da Câmara – Senhor José Trindade, o senhor vereador vai dar agora a resposta, como é ele que tem as obras municipais, se for preciso, vai ter consigo ao local para lhe explicar o que é que vai ser feito e em que tempo. Estamos a acabar a Av. Daniel de Sousa e Av. dos Combatentes, uma obra muito grande que está quase a terminar. Precisamos de acabar essa obra para iniciar outra obra, que implica com a Av. 22 de Dezembro, Rua dos Arcos e Travessa dos Arcos.

Sr. José Joaquim Trindade – A rua a que me refiro é a Rua Fernando Santos.

Sra. Presidente da Câmara – Toda aquela zona vai ter implicação na Av. 22 de Dezembro, significa que precisamos de acabar a Av. 22 de Dezembro para depois podermos intervir nessa zona. O vereador Carlos Rabaçal irá dar as explicações.

Sr. José Joaquim Trindade – Gostava mais de ver a obra do que a explicação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Fizemos uma visita ao bairro do Montalvão, no quadro do projeto “*Ouvir a população, construir o futuro*”. O bairro do Montalvão vai precisar de uma intervenção de fundo, porque se trata de um bairro antigo em que as infraestruturas estão todas em mau estado, tudo tem que ser removido e depois terá que ter uma intervenção de requalificação e reordenamento superficial. O reordenamento superficial é o mais simples e o mais barato, mas a estimativa que temos para o bairro, são cerca de quatro milhões. Quando passámos na Rua Fernando Santos identificámos de imediato essa situação e na altura estava connosco o Eng. Martinho, responsável pelas pavimentações, verificámos que era necessário ter uma intervenção rápida nesse estacionamento e noutras zonas da rua. Isso está agendado e apesar de não estarmos em eleições, iremos fazer a reparação rapidamente. A sua intervenção alertou-nos para uma situação da qual não tínhamos a noção, o resultado da projecção de pedras, que irá dar outra prioridade a esse tipo de intervenção. Vou falar com o Eng. Martinho, apesar de termos outros trabalhos em curso, mas como se trata de uma coisa pequena vamos tentar avançar.

4

Sr. José Joaquim Trindade – Se fizermos uma avaliação de riscos, verificamos que os riscos naquele espaço são muitos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Aquilo é uma coisa pequena, de fácil resolução. Vou colocar essa questão, vamos ver qual é o nosso calendário e vou ficar com o seu contacto para o informar quando é que vamos ao local, que certamente será antes das eleições.

Sr. José Joaquim Trindade – Há pouco foi levantada a questão das árvores, quero alertar que nessa pradeta existem uns plátanos bastante grandes.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Nós vimos isso tudo e a ideia de requalificação de todo o bairro envolve todos esses aspetos, desde a sinalética, as árvores, o espaço verde, as calçadas, os passeios, o pavimento e as infraestruturas. Há coisas que não dependem de infraestruturas e há coisas que dependem, as que dependem terá que esperar pela elaboração de um planeamento. Estamos a estudar a hipótese de fazer uma intervenção no Bairro do Montalvão de uma forma faseada. Trata-se de uma obra pesada, por isso terá que ser feito em várias fases, mas até lá temos que ir resolvendo as questões concretas que vão surgindo e que perturbam as pessoas, como é este o caso. Compromisso assumido!

Sra. Presidente da Câmara – Ainda falta muito para as eleições!

Sr. José Joaquim Trindade – Eu confio, obrigado.

Sr. José Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 68.

Sra. Maria José Lagoinha – Ouvi aqui a senhora Presidente afirmar que "*nós fazemos obras todos os dias*". Só se for na cidade de Setúbal, porque o concelho, especialmente a norte na zona de Salmoura é completamente ignorado, desprezado.

Conheço aquela zona há 25 anos e nunca fizeram nada, a não ser passar a máquina, lançar gravilha e pó de cimento, que danifica as casas, as plantas e enche tudo de pó, o único investimento foi feito pelas Águas do Sado, que é privado como sabe.

Sra. Presidente da Câmara – Não, não sei, está errada!

Sra. Maria José Lagoinha – Estou errada? Não é privado?

Sra. Presidente da Câmara – Não!

Sra. Maria José Lagoinha – É um investimento da Câmara?

Sra. Presidente da Câmara – É!

Sra. Maria José Lagoinha – Pensava que era uma empresa privada em parceria com a Câmara.

Sra. Presidente da Câmara – Não. É uma empresa concessionária, mas o dinheiro é nosso. Tudo o que eles colocam, são obrigados por um contrato de concessão.

Sra. Maria José Lagoinha – Aquela zona está completamente desprezada. A Rua da Malhada, Rua da Vinha da Salmoura, Rua da Salmoura, Rua de Brejo de Camarate, são ruas que metem nojo, não só a mim que moro lá, como às pessoas que utilizam os serviços que existem naquela zona, como é caso do colégio, do infantário, do estaleiro de obras, da carpintaria e da serração. Mesmo sendo uma zona agrícola tinha direito a uma estrada como

4

deve ser, em que no verão mais parece um deserto com aquela poeirada que é impossível e no Inverno é um terrível lamaçal. Tenho mandado vários e-mails para a Câmara e nunca ninguém me respondeu. Já vim a uma reunião de Câmara para explicar precisamente este meu problema, mas também não resultou em nada. Nunca vi ninguém da vereação da Câmara a visitar aquela zona. A Junta de Freguesia de São Simão e São Lourenço, mandou-me um e-mail em resposta a uma reclamação, no qual informava que o senhor vereador do pelouro tinha visitado a zona e que eu iria receber informação sobre essa visita, mas nunca recebi nada. Gostava que a senhora Presidente se pronunciasse sobre este assunto.

Sra. Presidente da Câmara – Quando a senhora cá veio já lhe foi dada informação sobre o que vou repetir. A senhora está distraída, porque ainda a semana passada andamos em toda essa zona.

Sra. Maria José Lagoinha – Não vi nada!

Sra. Presidente da Câmara – Também não tínhamos que ir bater à porta, para dizer que estávamos a passar, se eu soubesse onde a senhora morava certamente que lhe tinha ido bater à porta.

Sra. Maria José Lagoinha – Podiam lançar uns comunicados.

Sra. Presidente da Câmara – Estava no facebook e nos jornais, que nós andávamos naquela zona.

Sra. Maria José Lagoinha – Antigamente ainda recebia o boletim municipal, agora não sei se isso existe, porque desapareceu completamente e nunca mais recebi.

Sra. Presidente da Câmara – Ainda existe o boletim municipal. Andámos lá mais de uma semana na zona de Azeitão e tivemos na zona da Salmoura, andamos a pé com pó e sem pó. Já fomos lá várias vezes, por isso não aceitamos lições de ninguém até, porque pessoalmente já lá fui muitas vezes. Em relação a essa zona está a ser feito um Plano de Pormenor da Salmoura. Não sei se sabia?

Sra. Maria José Lagoinha – Estou a saber agora.

Sra. Presidente da Câmara – Mas já lhe foi dito quando a senhora esteve na reunião de Câmara. Nessa zona da Salmoura está a ser feito um Plano de Pormenor que está quase acabado, falta apenas o visto da CCDR e os pareceres de algumas entidades. Quando isso tiver terminado, a própria entidade “Rumo ao Sucesso” que tem dois edifícios está a pagar o Plano Pormenor, assim como a “Coca-Cola” e quando estiver concluído, tudo vai ser reformulado.

Sra. Maria José Lagoinha – Eu também já paguei quando fiz a casa!

Sra. Presidente da Câmara – Quando a senhora fez a casa, certamente que fez a sua legalização e pagou as taxas de legalização.

Sra. Maria José Lagoinha – Não, não! Paguei umas eventuais infraestruturas.

Sra. Presidente da Câmara – Pagou as taxas de legalização da casa relativamente às infraestruturas.

Sra. Maria José Lagoinha – Mensalmente pagava uma taxa, supostamente para os arruamentos, depois deixou-se de pagar, porque alguém da Câmara disse: “ninguém paga



vocês escusam de estar a pagar”. Paguei mensalmente durante dois ou três anos, uma taxa mensal para as tais infraestruturas que supunha que era para os arruamentos.

Sra. Presidente da Câmara – É muito esquisito essa taxa mensal. Não estava cá, não sei como é que foi. Quando as pessoas fazem a legalização da casa pagam uma taxa que se chama TRIU - Taxa Municipal pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas e certamente está relacionado com as infraestruturas. Se na altura pagou mais alguma taxa desconheço, porque na altura não estava cá. Não tem de pagar mais taxa nenhuma, só tem que pagar o respetivo IMI, etc., etc.

À parte dessas taxas que o “Rumo ao Sucesso” pagou e que a “Coca-Cola” também pagou, o Plano de Pormenor é uma coisa à parte. Eles estão a pagar esse Plano de Pormenor para depois se fazer toda a obra.

Em relação a algumas zonas na Salmoura e de outras áreas adjacentes, existem muitas casas que não estão legalizadas, às quais estamos a fazer o levantamento e certamente não iremos fazer intervenção de asfaltamento sem que essas pessoas legalizem as suas casas. Algumas das pessoas já foram notificadas, algumas delas já entregaram os processos de legalização, mas há outras que ainda estão a ser notificadas para legalizarem a sua casa, nos mesmos termos que os outros já pagaram, para que possamos avançar com as infraestruturas, log que esteja concluído todo o processo do Plano de Pormenor.

Sra. Maria José Lagoinha – Tem alguma previsão para esse Plano de Pormenor ser concretizado?

Sra. Presidente da Câmara – Agora não lhe vou dizer uma data sem falar com os serviços, mas amanhã posso contactá-la para lhe dizer exatamente quais são as previsões desta grande obra.

Sra. Maria José Lagoinha – Agradeço!

Sra. Presidente da Câmara – Em relação às obras, elas têm sido feitas na cidade e têm sido feitas em todo o concelho. Se quiser também lhe mostro as obras feitas em Azeitão, umas feitas pela Junta de Freguesia, outras em colaboração com a Câmara.

Se quiser também lhe faço uma visita e também faço uma visita a tantas ruas que não estavam devidamente asfaltadas, que não tinham abastecimento de água ou que não tinham saneamento e que agora já se encontra concluído. Na realidade foram mais de 200 intervenções que fizemos.

A zona da Salmoura tem este grave problema, a falta de um Plano de Pormenor e a falta de legalização de uma série de casas. Não se trata de ruas pequenas, na realidade são ruas muito compridas e muito largas. Estamos a tentar que mais pessoas regularizem as suas casas para ver se fazemos essa grande obra, que só para aquela zona rondam mais de um milhão de euros.

Sra. Maria José Lagoinha – Muito obrigada, mas em parte nenhuma do país se vê uma situação daquelas, é escandaloso. Muito obrigada.

Sra. Presidente da Câmara – É porque não conhece bem o país. No interior há fundos comunitários a 85% a fundo perdido.

Sra. Maria José Lagoinha – Tenho desgosto em morar ali. O que mais me custa é pagar IMI à Câmara de Setúbal e não tenho nada em troca.

Sra. Presidente da Câmara – A Senhora Maria José tem toda a razão. Mas aquilo que estou a dizer é que no interior do país existem fundos comunitários, que os municípios aproveitam e bem a fundo perdido de 85%, que são coisas muito mais pequenas e que se conseguem

resolver facilmente, porque não têm a dimensão de uma média ou de uma grande cidade como é Setúbal.

A forma como nós encontrámos isto, estava quase tudo por fazer, como a senhora bem sabe.

Sra. Maria José Lagoinha – Em relação às visitas, era bom que os moradores continuassem a receber o boletim municipal, porque até isso deixaram de receber. Não sei notícias da Câmara de Setúbal. A Câmara de Setúbal só existe para pagar o IMI, mais nada!

Sra. Presidente da Câmara – Vou saber, porque é que a senhora não recebe o boletim municipal, no entanto vamos telefonar-lhe para dizer quais são as previsões para resolução desta situação.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e dezasseis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 04 de julho de 2018, por unanimidade, contém 51 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Helena Rosa
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Cristina Claro